

FABÍOLA ARANTES MORAIS

**A ARQUITETURA VERNÁCULA RURAL NO MOMENTO
CONTEMPORÂNEO: O EXEMPLO DA CASA DO MANSO**

Goiânia

Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia

2003

Fabiola Arantes de Moraes

ARQUITETURA VERNÁCULA RURAL NO MOMENTO CONTEMPORÂNEO: O EXEMPLO DA CASA DO MANSO

Dissertação apresentada ao Instituto goiano de Pré-história e Antropologia, Universidade Católica de Goiás: Mestrado em Gestão Profissionalizante do Patrimônio Cultural como requisito parcial à obtenção de título de Mestre.

Área de concentração:
Antropologia

Orientador: Profº Drº Roque
Barros Laraia

Goiânia

Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia

2003

Dissertação defendida em 07/02/2003 e aprovada pela
banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Roque de Barros Laraia
Orientador

Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho
UCG

Prof. Dr. Wilson Trajano Filho
UNB

SUMÁRIO

Apresentação.....	6
I. A casa moderna e a casa vernácula: uma oportunidade de conciliação.....	8
II. A interpretação da casa do Manso.....	18
II. A. Descrição dos sítios.....	26
II. B. Observações sobre as formas de utilização do espaço.....	33
II. C. Significações no ato de habitar.....	36
III. Incompatibilidades entre a casa original e as casas dos assentamentos.....	41
IV. A caminho da cidade: comparação entre dois projetos de resgate de patrimônio arquitetônico.....	45
V. A fronteira entre o rural e urbano: as casas da Linha de Transmissão.....	50
V A . A interpretação da arquitetura através da aplicação dos atributos de Nielsen	54
VI. A troca dos valores regionais por uma pseudo-modernidade.....	62
VII. A conclusão.....	68
VIII. Bibliografia.....	73

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem origem nas conclusões de dois projetos de RESGATE DE PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO que integraram os respectivos projetos de RESGATE DO PATRIMÔNIO CULTURAL formulados por equipes de pesquisadores do IGPA (Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia/UCG), que teve na região centro-sul do estado do Mato Grosso.

Ambos os projetos estão relacionados à construção de uma usina hidrelétrica nas bacias dos rios Manso, Casca e Quilombo detendo-se nos respectivos impactos que as obras de construção do lago reservatório da usina e, posteriormente, da linha de transmissão de energia da usina até a estação de Nobres tiveram sobre a população local.

Embora tais impactos sejam de natureza distintas, posto que a população da área do lago teve de ser transferida enquanto a da linha de transmissão pôde permanecer em suas casas, ambos os projetos foram trabalhados numa perspectiva que suscitasse questões de interesse não só para as populações diretamente afetadas, mas também de forma a reunir informações e permitir reflexões que colocassem em questão os próprios conceitos da arquitetura e suas formas correntes de consideração do edifício de uma maneira geral e da casa e os valores culturais que esta encerra, de maneira específica.

Dessa forma, tornou-se importante estabelecer uma discussão sobre alguns dos pressupostos da arquitetura moderna, especialmente sua face industrial e científica assumida ao longo do século 20, posto que a arquitetura encontrada na região do lago da usina é, em sua especificidade, vernacular rural, e em muitas características, oposta à arquitetura urbana. Essa diferença se traduz não só na construção, mas também na interpretação desses espaços construídos.

Na primeira parte dessa dissertação, a que se ocupa das casas da região posteriormente inundada pelas águas do lago reservatório da usina, trabalhou-se numa perspectiva tecnicamente descritiva procurando-se estabelecer conexões entre as soluções construtivas e os condicionantes imperiosos como meio

ambiente e herança cultural e, em seguida, entre essas soluções e o hábito de seus moradores.

Na Segunda parte, teve lugar uma reflexão a partir das casas situadas ao longo da Linha de Transmissão sendo estas tidas como estando numa situação intermediária e de fronteira entre as casas da região do lago e as casas da periferia das grandes cidades. Estas marcas de transformação, às vezes anotadas de forma muito lenta, são abstraídas das formas arquitetônicas através da utilização de parâmetros tomados emprestados da arqueologia através da utilização de alguns métodos de análise que essa disciplina empenha sobre os vestígios arquitetônicos.

Os valores da arquitetura moderna e sua situação contemporânea de paradigmas que se avizinham e outras que já estão em pleno curso abrem, dentro dessa matéria, uma possibilidade de percepção de questões sociais persistentes, oriundas dos impactos que sucedem ao impacto de uma grande obra, ou seja, o impacto que uma população deslocada para assentamento ou absorvida por grandes cidades, sofre e provoca.

Qualquer discussão sobre o Patrimônio Cultural envolve um sistema de valores que se perpetuam em monumentos e obras, mas que também se transformam ou desaparecem levando consigo modos de lidar com a vida, com os outros e com o mundo. Trabalhar com esse acervo de informações de uma maneira que possibilite à população estudada, refletir sobre si mesma, suas atitudes refletem em sua qualidade de vida, nos parece um dos caminhos mais construtivos da pesquisa científica.

I

A CASA MODERNA E A CASA VERNÁCULA: UMA OPORTUNIDADE DE CONCILIAÇÃO

primeira questões que a arquitetura tem discutido é seu duplo papel de abrigo e linguagem. Na primeira situação, responde a uma necessidade básica não só do homem e envolve desde o abrigo em seu sentido estrito de refúgio, cobertura, teto e toda a satisfação das exigências biológicas aí envolvidas até a extensão, aí sim, exclusivamente humana deste conceito, ao abrigo do ser em sua completude o que envolve seu universo simbólico, transcende os aspectos físicos, garantindo-lhe um local seguro de estar. Bachelard fala assim do valor psíquico da casa:

Veremos (...) como a imaginação trabalha quando o ser encontrou o menor abrigo: veremos a imaginação construir 'paredes' com sombras impalpáveis, reconfortar-se com ilusão de proteção – ou, inversamente, tremer atrás de grossos muros, duvidar das mais sólidas muralhas. Em suma, na mais interminável das dialéticas, o ser abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos (BACHELARD, 1993:25).

E Rapoport enfatiza seu valor objetivo:

O ambiente construído tem várias finalidades: abrigar dos elementos pessoas, suas atividades e suas posses; abrigar de inimigos humanos e animais e de poderes sobrenaturais; estabelecer lugar; criar uma área segura e humanizada num mundo profano e potencialmente perigoso; reforçar identidade social e indicar status, etc (IN SILVA, 1994:88).

Já a arquitetura como linguagem constrói sua história como a história das artes, o que a coloca mais como uma questão estética, constituindo-se em outra forma de expressão de caráter coletivo. Como estética, relaciona-se à forma do edifício, mantendo um compromisso variável com as funções essenciais de abrigo anteriormente citadas. Ora veremos preponderar a forma sobre a função, ora veremos a função como único pressuposto para o projeto, como nos conjuntos habitacionais, presentes na maioria das cidades do mundo, onde o partido arquitetônico obedece rigorosamente a quesitos de função econômica.

Essa dualidade entre forma e função pode ser melhor entendida, a partir do movimento designado Arquitetura Moderna, cuja origem se dá em princípios do século XX, como algo que tem de ser conciliado numa igualdade de importância entre forma e função.

Empurrados pela necessária racionalidade imposta ao processo construtivo pela cultura industrial que alcança o cotidiano no século XIX, este binômio “forma x função” parece atender por muito tempo e de maneira satisfatória à necessidade de afinação das duas citadas possibilidades da arquitetura: função como o abrigo físico e psicológico, numa adaptação objetiva da organização do espaço arquitetônico visando a uma solução prática para as atividades e necessidades do homem; forma como a maneira pela qual os elementos arquitetônicos são dispostos em busca do efeito estético desejado, síntese de uma cultura sofisticada que não cessa de produzir ou rever conceitos expressos em ordens, escolas e tendências.

A Arquitetura Moderna propõe, através de seus principais expoentes como Le Corbusier¹, reinventar a casa – e mesmo a cidade - substituindo a intuição e a técnica, que até então ordenara a construção de edifícios e cidades, por um método racional em consonância com as conquistas oriundas da revolução industrial, científica e tecnológica. Esta questão é assim colocada pelos filósofos progressistas², que ainda no século XIX irão lançar os pressupostos da atitude moderna:

Um certo racionalismo, a ciência, a técnica devem possibilitar resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si. Esse pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela idéia de progresso. A revolução industrial é o acontecimento histórico chave que acarretará o devir humano e promoverá o bem estar. (CHOAY, 1979:8)

A principal condição de existência de uma transformação tão radical como representou o modernismo tanto na arquitetura como nas demais artes, está

¹ *Arquiteto francês, um dos idealizadores do movimento denominado Arquitetura Moderna.*

² *A revolução industrial suscitou duas atitudes iniciais entre os filósofos que se transformaram em modelos antagônicos de pensamento: um de caráter nostálgico, que via na organicidade da cidade medieval as referências imprescindíveis entre o homem e o meio foi denominada “culturalista”; outro, com a atenção voltada para o futuro, defende uma nova ordem a ser assegurada pela tecnologia e a racionalidade, denominado “progressismo”.*

na inadequação das soluções oriundas dos estilos históricos, como as constantes ressurreições das formas da antigüidade clássica por movimentos como o Renascimento e o Neoclássico, à nova sociedade urbana industrial. Se, antes, a preocupação do arquiteto voltava-se para questões como simetria, ornamentos e ritmos, agora sua atenção parece se voltar para itens como higiene, rapidez construtiva e economia.

Em países como o Brasil, a indústria ainda incipiente no começo do século 20 e o comprometimento histórico estilístico menor, delineando as condições peculiares de seu desenvolvimento permitiram a existência do mesmo ambiente de emergência e euforia com as promessas do pensamento progressista, motivo pelo qual veremos nascer aqui uma das maiores expressões do modernismo mundial que é Brasília. E também contexto no qual se insere a história de instituição da noção nacional de patrimônio através da criação, na década de trinta, do órgão federal de proteção do patrimônio nacional que mais tarde viria a ser o IPHAN.

A transformação radical imposta pelos novos métodos de produção implicou, inicialmente, em um conjunto de problemas cujas soluções mostravam-se urgentes devido ao súbito e intenso deslocamento populacional:

Do ponto de vista quantitativo, a revolução industrial é quase imediatamente seguida por um impressionante crescimento demográfico das cidades, por uma drenagem dos campos em benefício de um desenvolvimento urbano sem precedentes. (CHOAY, 1979:3).

A insuficiência de habitações para essa nova população urbana leva às condições de desconforto e insalubridade que colocam em risco toda a sociedade. São os médicos sanitaristas os primeiros a alertar para a necessidade de uma nova configuração do edifício com condições higiênicas satisfatórias de maneira a evitar epidemias, bem como o estresse mental, provocado não só pelas más condições da moradia como pela própria natureza repetitiva e estafante do trabalho nas fábricas.

Este déficit habitacional exige que engenheiros e arquitetos intensifiquem a pesquisa com novos materiais e métodos construtivos. A impossibilidade de resolver estes problemas emergentes, faz com que os procedimentos tradicionais de construção sejam abandonados e substituídos por um processo nos moldes industriais onde se pode produzir partes do edifício em

uma linha de montagem para, posteriormente, serem transportados até o local da obra onde são em seguida montados. Neste contexto, a arquitetura principia por hostilizar os métodos de construção tradicionais e suas fórmulas lentas e anti-econômicas de realização.

A nova casa modernista, denominada por Le Corbusier como “máquina de morar”, deve oferecer as condições essenciais para que este homem possa se desenvolver física e mentalmente num ambiente moral regido pela ordem. Fala-se agora de um “homem tipo”, cujas necessidades básicas são as mesmas, independente do local onde vive:

Procurar a escala humana, a função humana, é definir as necessidades humanas. Elas são pouco numerosas; são bastante idênticas entre todos os homens, pois os homens foram feitos com o mesmo molde desde as épocas mais longínquas que conhecemos (...) os objetos-membros humanos são tipo, que respondem a necessidades-tipo: cadeiras para sentar, mesas para trabalhar, aparelhos para iluminar, máquinas para escrever, estantes para classificar (CHOAY, 1979:185).

A redução das necessidades humanas aos aspectos físicos redundando em um abandono violento e intencional dos valores cristalizados em formas simbólicas. Embora a arquitetura histórica mantenha diferenças substanciais em relação à vernácula, ambas serão ignoradas pelos modernistas, pois estão calcadas na tradição sendo diretamente atingidas pelo espírito renovador. Tratando especificamente da arquitetura vernácula rural, este momento irá assinalar um conflito entre o novo edifício, fruto de um método racional de projeto e execução em que diferentes profissionais respondem pelas variadas etapas da construção e o edifício vernacular, fiel às fórmulas estabelecidas ao longo de gerações, cujo construtor não ousa modificar, mas antes, esforça-se por perpetuá-las.

Uma volta recente à arquitetura vernácula explica-se em função da conseqüente distância entre o indivíduo e a casa que ocupa, numa notória crise de identidade que faz com que, a despeito de cada cultura manter ainda registros de suas formas autóctones, grande parte da população mundial – especialmente os de mais baixa renda - habitar edifícios bastante semelhantes quer estejam no Brasil, na Europa ou nos Estados Unidos. A retomada dessa relação entre as

características regionais e a arquitetura produzida é resposta a uma das seqüelas do Movimento Moderno contra a qual a sociedade de hoje investe, negando-se a ser “tipo”.

Arrefecido o combate à tradição, os arquitetos contemporâneos têm encontrado na justeza das formas populares uma possibilidade de repertório que norteie suas intenções formais. Não admitindo ainda qualquer elemento construtivo desvinculado de um propósito funcional, busca na arquitetura vernácula - cuja construção, pelas condições econômicas e sociais em que é produzida elimina o ornamento e o supérfluo - um novo paralelo que lhe confira autenticidade.

Podemos perceber no discurso de Le Corbusier “Três lembretes para os senhores arquitetos” em que ressalta a importância de manterem-se fiéis aos novos princípios de projeto e como esses princípios se coadunam com a prática arquitetônica popular: “volumes simples, superfícies definidas mediante as linhas diretrizes dos volumes, a planta como princípio gerador” (BENÉVOLO, 1998: 430).

Na arquitetura vernácula a forma do edifício obedece aos três princípios de Corbusier, mesmo que seu construtor ignore a existência de tais discussões teóricas. A ausência de ornamento é regra comum, sendo a preocupação estética voltada para a execução da obra dentro das formas esperadas, sendo as novidades, quando acontecem, absorvidas com dificuldade. A casa guarda assim a relação entre material e técnica utilizados em sua configuração final, sem que qualquer dos elementos construtivos desapareça, fazendo com que seu valor estético seja derivado de suas respectivas qualidades implícitas.

Apesar do funcionalismo ter rechaçado a decoração em arquitetura, a habitação vernácula é decorada. Mas, sempre é possível, em tais casos, argumentar que a decoração se subordina aqui à edificação, embelezando, mas não ocultando o sistema construtivo utilizado ³ (OLIVIER, 1978:25)

³*Aunque el funcionalismo há rechazado rotundamente la decoración en arquitetura, el cobijo vernáculo suele estar decorado; pero incluso en tales casos siempre es posible argumentar que la decoración se subordina aquí a la edificación, embelleciendo, pero no ocultando el sistema constructivo utilizado.*

Essa identidade entre a arquitetura vernacular e os princípios modernos não foi completamente esquecida pelos arquitetos empenhados na consolidação deste movimento, buscando na primeira uma referência para suas afirmações:

Para apoiar o aforismo 'a forma segue a função' (o *slogan* mais utilizado e citado do movimento moderno), tem-se de recorrer à arquitetura vernácula (...). Os edifícios produzidos por sociedades simples, mostram como o abrigo assume formas condicionadas por respostas específicas às necessidades concretas.⁴ (OLIVIER, 1978:25)

O arquiteto americano Frank Lloyd Wright, um grande observador desta arquitetura popular, defendia a necessidade de uma pesquisa paciente dessas formas, para que se pudesse preservar o sentido da arquitetura que é servir ao homem em suas necessidades físicas e espirituais. Também contrário aos estilos históricos, buscou na compreensão das práticas imediatas do construtor vernáculo, na harmonização de sua obra com o meio ambiente, na noção de casa nascida ao lado das manifestações culturais e folclóricas, o elo que não pode ser perdido em meio ao apelo das inovações técnicas e das mudanças de comportamento.

Apesar deste tipo de consciência pertencer a alguns dos idealizadores do Movimento Moderno, a opção tecnicista preponderou, trazendo conseqüências apontadas hoje pela crítica como responsáveis pela degeneração da qualidade do espaço construído. A crítica principal reside no fato de, após quase um século de desenvolvimento, a arquitetura moderna ter levado longe demais a maquinização da morada, impondo, através da repetição sistemática das formas, uma nova academização fruto do distanciamento entre suas soluções e as idiossincrasias de cada cultura.

Em um texto onde aborda o significado da linguagem arquitetônica, Teixeira Coelho aponta para a crise de autenticidade que perpassa a relação entre sociedade e arquiteto, como conseqüência da aplicação obsessiva destes pressupostos modernos que, contraditoriamente, voltam à valorização da forma

⁴ *Para apoiar el aforismo 'la forma sigue a la función' (el eslogam más socorrido y citado del Movimiento Moderno), se suele recurrir a la arquitectura vernácula (...) los edificios producidos por sociedades simples muestran cómo el cobijo assume formas condicionadas por respuestas específicas a necesidades concretas.*

como nos movimentos históricos que inicialmente condenavam, afastando-se cada vez mais do usuário: “os arquitetos não falam mais: apenas balbuciam coisas sem sentido”(COELHO NETO, 1979: 7). Sua posição reflete a de muitos críticos que, agora, tornam seus faróis para a distância entre as necessidades dos usuários do edifício e as soluções elaboradas por essa nova academia ou mesmo por algumas personalidades que, por sua vez, têm contribuído mais para a criação de novas fórmulas acadêmicas e menos para a reaproximação entre o problema e a solução arquitetural. À expressão fórmulas acadêmicas, deve-se acrescentar fórmulas comerciais.

Sendo a linguagem arquitetônica uma das formas mais importantes de síntese das diversas expressões e momentos culturais, como linguagem artística específica, menos intuitiva que as outras artes, voltada para respostas precisas cujos elementos estejam “ao alcance simultâneo do criador e do receptor” (COELHO NETO, 1979:11), é natural que edifícios como as catedrais, acumulem em suas paredes um conteúdo riquíssimo, revelador das sociedades que os erigiram em seus mais diversificados aspectos. Contudo, tornou-se consenso o fato de que a história da arquitetura não pode e não deve se limitar a esses grandes empreendimentos. Por um lado, devemos considerar a grande carga de idealização que contém, o que os afasta das vivências cotidianas, tão importantes para a compreensão dos diversos contextos históricos, por outro, por serem esses edifícios exatamente uma forma de síntese dos elementos arquitetônicos consolidados pela tradição de uma prática popular, torna-as tão merecedoras de atenção quanto os grandes edifícios históricos, versão aumentada do abrigo doméstico.

Não devemos, no entanto, nos limitar a compreender a arquitetura vernácula como uma produção arquetípica em que suas formas atuam simplesmente como precursoras da arquitetura erudita. Ao contrário, devem ser antes compreendidas como expressão de uma cultura cujo distanciamento dos valores considerados urbanos não devem ser tomados como indício de inferioridade, mas de diferença.

Apesar de persistentemente negligenciada, a arquitetura popular, as “construções inqualificáveis habitadas pelo povo” (COELHO NETO, 1979: 9), constitui, ainda, uma parte significativa, senão a mais importante, da textura de nossas cidades e ainda da maioria das construções rurais. Quer pela quantidade de exemplares ou pela proximidade de cada elemento componente do edifício das

requisições básicas de morar, a construção vernácula, mantém claros os vínculos entre a necessidade humana e a resposta arquitetônica.

Esta é a compreensão de Paul Olivier, ao comentar a necessidade de reavaliação da história da arquitetura, de acordo com o reposicionamento da própria história que, por muito tempo, se ocupou das grandes personalidades, batalhas, conflitos e conquistas e que, agora, advoga uma atenção especial para a população comum:

A história tem se interessado muito mais pela natureza cambiante da evolução da sociedade como um todo. A história presta, agora, muito mais atenção nas vidas das pessoas humildes que tomaram parte das batalhas e estiveram regidas pelos grandes senhores (OLIVIER,1978: 7).⁵

Neste momento em que a arquitetura vernacular tem merecido atenção especial daqueles que advogam a necessidade de reaproximação da cultura urbana com sua cultura nativa imediata, tem-se assumido uma consciência de que as formas construídas de uma comunidade exibem informações sobre a mesma, como suas prioridades ou a estrutura simbólica e as hierarquias de determinados espaços. Não considerar essas informações é deixar perder no tempo dados substanciais sobre nossa própria identidade, que são agora buscados cada vez com mais dificuldade em razão da rápida substituição destas moradas, no interior de todo o país pelas casas *standarts*⁶, sub-produto de péssima qualidade da “máquina de morar”, como são, por exemplo, as casas construídas dentro das iniciativas nacionais e regionais de provimento de habitação popular.

Enfim, toda a discussão relacionada à crise da Arquitetura Moderna pode ser resumida na própria definição de arquitetura que é muito mais do que o projeto de um edifício. Considerada por muitos como a mais importante das artes, por ser dentre as manifestações artísticas, aquela experimentada por um maior número de pessoas, não pode abster-se dos compromissos regionais como função local específica e herança social, questões estas que afetam diretamente o nível de

⁵ *La historia se há liberado em gran medida de tan estrecho corsé y se interesa ya mucho más por la naturaleza cambiante e la evolució de la sociedad como um todo. Mientras que dicha historia presta ahora atención a las vidas de las gentes sencillas que tomaron parte de las batallas y estuvieron regidas por los grandes señores.* OLIVIER. Op cit, p.7.

qualidade de vida do homem por influenciarem seu desenvolvimento físico e intelectual.

A crítica americana Ada Louise Huxtable aponta como momento crítico para a arquitetura Moderna a década de 70 quando fica mais clara a “trágica defasagem entre a definição histórica de arquitetura e a definição e compreensão da arte de construir dos nossos dias” (HUXTABLE, 1971 IN: BATTCOCK, 1986:147). Alerta para a supervalorização dos monumentos, o que tem por conseqüência o fato de, a maioria de nós acreditarmos na arquitetura como “uma série de grandes estruturas isoladas e relacionadas segundo o estilo ou seqüência no tempo sendo o instrumento dos historiadores em relação ao método de classificação” (BATTCOCK, 1986:147) e trás a questão para o âmbito da necessária aproximação entre o edifício e todos os condicionantes locais que o geram: “(os monumentos) têm pouco a ver com o mundo real, no qual as obras-primas constituem a menor parte e a ‘não-arquitetura’ representa a maior parte (...)” (BATTCOCK, 1986:147).

As questões fundamentais da arquitetura têm de ser novamente colocadas, reaproximando-as das questões fundamentais do morar, onde o edifício deve deixar claro “do que faz parte, como funciona, como se relaciona com o que o rodeia, como satisfaz as necessidades do homem e da sociedade, como se integra no organismo mais amplo da comunidade, o que acrescenta, ou tira, à qualidade da vida” (BATTCOCK, 1986:148). São estas questões complexas que exigem uma resposta sensível às necessidades humanas, ambientais e comunitárias para que assim possamos falar em uma verdadeira arquitetura. Nesse contexto, a revalorização e o estudo da casa vernacular é um dos passos no sentido de compreensão da interferência do edifício entre o homem e seu meio. Por isso, examinar o processo construtivo vernacular torna-se uma possibilidade importante para o restabelecimento da lógica entre as definições e as práticas. Assim resume esta questão John S. Taylor:

A habitação popular de qualquer cultura, pela solução direta das necessidades humanas e o modo de enfrentar os fatores ambientais, apresenta um mérito estimulante e sua estética tanto a

⁶ A expressão *standart*, dentro do contexto da teoria da arquitetura, refere-se aos modelos de casa padrão construídos a partir de um projeto ideal e universal que não leva em conta as particularidades regionais.

profunda relação entre forma e uso como a ausência de redundância e aditamentos. Os arquitetos anônimos da história, ante a escassez de recursos, tiveram que desenvolver por necessidade formas arquitetônicas naturais muito práticas e econômicas que se enraizavam mais em princípios lógicos que em princípios passageiros. (*in* SILVA, 1994: 122)

O acervo arquitetônico levantado na região da UHE-MANSO é importante não só no contexto histórico micro-regional e regional, mas também se constitui numa oportunidade de examinarmos o problema da arquitetura vernacular dado a sua relevância em termos de quantidade e qualidade. Há de se esclarecer que foram confrontados dois conjuntos arquitetônicos: o da região do lago que se caracteriza pela pouquíssima interferência da casa urbana, e o das casas da região da linha de transmissão no trecho Manso – Nobres que, por se localizarem a caminho da cidade, influenciados por uma estrada já existente, expõem um processo de transformação em que incorporam sobre os elementos construtivos tradicionais, elementos industrializados que trazem junto os valores urbanos.

Neste momento em que a configuração mundial aponta para as tensões geradas por certas uniformizações de comportamento, torna-se fundamental a valorização por meio de estudos sistemáticos, das diversas expressões regionais sendo a casa uma das mais importantes delas e a casa do Manso um edifício singular para compreensão dos mecanismos que unem o edifício às particularidades regionais.

II

A INTERPRETAÇÃO DA CASA DO MANSO

A arquitetura caracteriza-se como um fenômeno cultural complexo, cujas variáveis e as diversas possibilidades de combinação entre elas, oferecem respostas díspares dentro de uma mesma categoria de uso como, por exemplo, a morada. Sendo assim, a interpretação de um edifício ou acervo arquitetônico pode se dar a partir de diversas abordagens que irão implicar em formas de classificação.

Sob o ponto de vista técnico arquitetônico o edifício pode ser classificado de acordo com parâmetros como matéria prima, técnica construtiva, morfologia ou, ainda, as características de sua inserção no meio ambiente. No campo da história pode-se classificá-lo cronologicamente e no da estética, segundo sua filiação estilística.

Na análise do acervo arquitetônico da região da UHE-MANSO, interessou-nos sobretudo os aspectos concernentes ao objeto da Antropologia Cultural. Buscamos ressaltar as evidências que clarificam as relações entre a casa e a cultura que a produziu, sendo as citadas classificações, referências imprescindíveis, de apoio, a serem utilizadas para a compreensão geral do problema, a saber: quais as relações culturais contidas na forma arquitetônica adotada pela sociedade da região das bacias dos rios Manso, Casca e Quilombo? como traduzir as manifestações culturais desta sociedade tanto em seu modo de conduta hereditário como no adquirido pela aprendizagem através de contatos externos, a partir da forma arquitetônica? Como as informações depreendidas da casa e da atitude de morar das famílias do Manso podem subsidiar novas soluções de assentamentos no meio rural de maneira a harmonizar o homem ao meio ambiente e não promover o contrário?

Sendo a arquitetura uma modificação intencional do ambiente, possui o *status* de “coisas produzidas pelo homem”, conceito este pertencente ao campo de interesse da antropologia, por constituir a cultura em uma de suas mais significativas manifestações materiais, evidenciando as várias maneiras que encontra o “fazer”, a partir de condicionantes físicos análogos. Essa diferença está

calcada nas imposições culturais que superam os condicionantes físicos e as exigências biológicas.

A forma como a arquitetura se insere na compreensão deste problema, pode ser vista nas palavras de Elvan Silva:

Não podemos conceber a evolução da humanidade sem nos referirmos ao patrimônio material criado pelas diversas coletividades através da história milenar da civilização. Quando se cogita em estabelecer o significado cultural da arquitetura (...) deve-se dar ênfase a dois componentes concretos da cultura: a intervenção no ambiente e o aparato material criado pelo gênero humano. (SILVA, 1994: 81)

Esta intervenção no ambiente se dá a partir de problemas locais, sendo seus padrões estabelecidos ao longo do tempo, provocando atitudes cujo teor poderá ser lido em sua concretização material. Dentro deste ponto de vista, a autoria da obra torna-se uma informação determinante para a análise do fenômeno de construção e uso da casa, posto que envolve todos os fatores relativos às escolhas feitas por uma comunidade específica. Sendo o autor da obra arquitetônica um dos principais agentes de expressão de uma coletividade, a origem cultural de suas atitudes constitui-se numa prefiguração do resultado final do trabalho, ou seja, antecipa em muitos aspectos sua arquitetura mesmo antes que se inicie a construção. Por conseqüência, a análise de tais edifícios pós-edificados depende da compreensão da organização preliminar geradora do fenômeno arquitetônico e seu respectivo sujeito.

Preliminarmente, dentro do âmbito da autoria, podemos classificar a arquitetura como “profissional” e “não profissional”, traduzida nos gêneros arquitetônicos “erudito” e “vernáculo”:

Se levarmos em consideração as duas principais alternativas de autoria da obra arquitetônica – sua realização por um profissional ou um não profissional –, e se considerarmos o modo pelo qual esta condição se reflete na forma arquitetônica, estaremos na presença de dois gêneros distintos de arquitetura. (SILVA, 1994: 122)

A arquitetura erudita é aquela que nasce da mão de um profissional cuja atuação implica um exercício de abstração que é o projeto. Impõe um nível de

especialização em que projeto, interpretação do projeto e execução é feita por profissionais diferentes e aptos a desempenhar geralmente apenas uma das funções elencadas acima. Assim, o arquiteto encontra-se na ponta da elaboração formal, abstrata, fazendo-se entender por símbolos e convenções. Na outra ponta está o mestre de obras, responsável pela concretização de uma idéia que não lhe pertence e na qual não pode interferir. Entre ambos, o engenheiro, intermediário entre projeto e obra, responsável pela tradução de uma linguagem cifrada para um resultado concreto⁷.

Vejamos a definição de Elvan Silva, em que considera além do processo, as intenções contidas no edifício:

A arquitetura erudita seria aquela cuja produção exigiu a aplicação de um conhecimento desenvolvido, não rudimentar. Conseqüentemente, qualquer obra produzida por um arquiteto convenientemente preparado será uma obra de arquitetura erudita, independentemente do seu grau de excelência, desde que sua concepção tenha demandado um conhecimento específico e aprofundado e, por definição, não acessível ao leigo. A erudição refere-se ao processo, aos propósitos expressivos e, por extensão, ao produto (SILVA, 1994: 137)

Em oposição a este conceito temos a arquitetura vernácula, produzida pelo “não profissional”, ou seja, pelo construtor que, através de conhecimentos empíricos, aprendidos dentro de uma tradição, transmitida pela observação de uma prática, produz igualmente arquitetura, contudo, de gênero distinto. Este segundo “gênero”, a arquitetura vernácula ou arquitetura sem genealogia, é definido por Alfonso Martínez como “aquela exercida diretamente sobre o objeto único, sem projeto prévio e sem qualquer código de instruções”.(SILVA, 1994: 99)

O adjetivo vernáculo deriva do latim *vernaculus* que em sua primeira acepção significa escravo nascido na casa do senhor e na segunda oriundo da casa, da região ou do país. Este adjetivo foi adotado pela teoria da arquitetura primeiramente no idioma inglês, sendo *vernacular* traduzível como “nativo” ou “nacional”. Sua tradução literal para o português seria “aborígene”, termo que

⁷ Este modelo “arquiteto, engenheiro, mestre de obras” é apenas ilustrativo, não sendo considerada a possibilidade de superposição de funções ou a infinidade de sub-especializações que cabem neste processo.

soaria inadequado para arquitetura, daí a língua adotar também vernacular, ou vernácula.

É importante estabelecermos uma distinção entre a arquitetura vernácula e a arquitetura primitiva. Se ambas guardam algum parentesco, chegando às vezes a produzir edifícios semelhantes, é nas diferenças que devemos nos deter. Sendo as sociedades primitivas compreendidas como aquelas que “vivem no estágio chamado ‘trabalho necessário’, isto é, destinado exclusivamente a suprir as necessidades imediatas de conservação da vida, sem envolvimento com processos produtivos de outra natureza” (SILVA, 1994: 127), seus produtores e usuários não conhecem outro padrão arquitetônico. As formas arquitetônicas *são porque são*, não podendo o construtor imprimir qualquer alteração.

Embora compartilhem algumas características como o fato de serem realizadas pelo próprio usuário, a arquitetura vernácula admite transformações que são absorvidas dos contatos externos à comunidade ou ainda introduzidas deliberadamente por seu construtor que tem a liberdade – inexistente nas sociedades primitivas – de inovar através de uma decisão pessoal. Essa inovação, contudo, acontece numa velocidade muito lenta, chegando mesmo, aos olhos da arquitetura erudita, a parecer estática.

A realização da obra arquitetônica pelo próprio usuário bem como a utilização preponderante de materiais encontrados no sítio são duas características importantes das casas da região da UHE-MANSO que nos permite classificá-las como vernaculares. O fato desta modalidade de construção existir na sociedade contemporânea denota uma condição econômica e cultural impositiva. Economicamente, esta coletividade está limitada por um sistema de produção próximo à subsistência, não havendo, portanto, excedentes suficientes que possibilitem a aquisição de matéria prima industrializada. Culturalmente, está condicionada a repetir as formas herdadas em função da simplicidade destas soluções, consideradas pela comunidade como satisfatórias dentro de sua concepção de morar, fazendo com que seus padrões experimentem alterações muito lentas, só acontecendo por sua obsolescência. Podemos citar como exemplo recolhido na região, o desaparecimento, na maioria das casas, de determinadas estruturas como a casa de farinha ou o engenho de cana de açúcar em função destes produtos serem hoje facilmente adquiridos pelos moradores da região.

Uma outra característica decorrente do procedimento construtivo por parte do usuário é a não especialização da mão-de-obra. Contudo, o trabalho não deixa de ser socializado existindo, inclusive, tarefas específicas para cada membro da família. Assim, observou-se na região do Manso que a construção da estrutura, cobertura, nivelamento do piso e gradeamento das paredes, concernem ao chefe da família auxiliado por seus filhos mais velhos. A vedação das paredes com o barro e a execução de acessórios como fogão e jiraus ficam a cargo da mulher, filhas e filhos mais novos. Da mesma forma, a manutenção da cobertura após cada período de chuva é tarefa masculina, sendo a manutenção do “barreamento” das paredes, uma tarefa feminina.

Embora haja essa divisão de trabalho dentro do próprio grupo familiar, não existe uma prestação de serviços manifestamente profissional. Há dentro da comunidade alguns membros que se destacam por seus conhecimentos construtivos, como bem mostra o exemplo do senhor Marinho, residente em uma comunidade de garimpeiros na região do Bom Jardim. Como um dos membros mais antigos da comunidade, participou da construção de todas as casas e é, notoriamente, quem detém o maior conhecimento técnico. Sua participação se dá dentro de um esquema cooperativo, em que se considera, inclusive, a transmissão do “como fazer” aos mais jovens. O construtor é requisitado por todos os membros da comunidade e respeitado por sua habilidade já há muito reconhecida. Sua participação na vida desta comunidade soma-se à do agricultor hábil: ambos se empenham em transmitir seus conhecimentos, num papel de depositários, mantenedores e continuadores do “como fazer”.

A inexistência de algo similar ao projeto, ou qualquer tipo de abstração anterior à edificação da obra, faz com que a elaboração arquitetônica seja aprendida com a prática empírica, através da imitação e da correção gradativa. Na arquitetura erudita se dá o oposto, sendo a elaboração das formas ensinada academicamente, de acordo com normas conhecidas, sistematizadas e datadas.

A tradição é o ponto de partida para essa construção não formalmente sistematizada. Christopher Alexander enfatiza o papel da tradição como norma dentro destas culturas, que ele denomina “inconscientes de si mesmas”:

Sabemos por definição que nas culturas inconscientes de si mesmas, os diversos ramos do ofício da construção se aprendem

informalmente, sem a ajuda de normas formuladas. Sem embargo, por mais que não haja normas formuladas – ou , na verdade, precisamente porque não as há -, as normas implícitas são de uma grande complexidade e se mantêm rigidamente. Há um modo de fazer as coisas e um modo de não fazê-las. Há uma tradição firmemente implantada, aceita sem reservas por todos os construtores de formas, e essa tradição resiste energicamente à mudança. (ALEXANDER, 1971: 51)

Alexander utiliza o termo “culturas inconscientes de si mesmas” para designar as coletividades nas quais não existem normas explícitas que identifiquem o ofício da construção, não havendo mesmo a conceituação deste ofício pois é o próprio usuário o edificador. Em contraposição, a cultura consciente de si mesma o é por sistematizar todos os estágios de seu desenvolvimento de maneira a poder transmiti-los às gerações posteriores sem a intervenção direta do especialista.

A não sistematização destes conhecimentos faz com que, na arquitetura vernácula, não haja possibilidade de uma reflexão teórica que possa levar a um conseqüente aperfeiçoamento. Desta maneira, reforça-se em sociedades como na do Manso, a tradição como fonte absoluta de repertório construtivo: “o ato de construir está, para todos os efeitos, abaixo do limiar da consciência teórica, que levaria à crítica da própria tradição e ao impulso para a revisão, isto é, o estímulo para a mudança” .(SILVA, 1994: 127)

No contexto do conhecimento empírico, a memória adquire um significado superior à inovação. Sendo a arquitetura vernácula resultado exclusivo de uma *práxis*, encontra-se na primeira etapa de aquisição do conhecimento, onde devemos reconhecer existir uma desimportância da capacidade criativa, sendo necessário lembrar que esta questão não deve ser tomada como critério qualitativo, mas contextual:

O aspecto rudimentar que caracteriza a arquitetura vernácula deve ser entendida em termos relativos; o conhecimento nela aplicado é rudimentar apenas em comparação com outras modalidades mais desenvolvidas, pois é adequado ao contexto que deve satisfazer. .(SILVA, 1994: 129).

Esta arquitetura, cujos valores de tradição e tabu se opõem à inovação e autocrítica, é baseada no “hábito arraigado, seguindo o procedimento de tradições

imutáveis. O hábito, como sabemos, é uma segunda natureza (SILVA, 1994: 130). A coletividade atual não tem de pensar de novo em onde ou como construir, mas apenas repetir os procedimentos de uma fórmula satisfatória sancionada pela cultura, promovendo adequações aos seus interesses, sempre dentro de padrões conhecidos. Assim, o número de membros da família ou as atividades produtivas desenvolvidas no sítio resultarão em edifícios cujas variações obedecem ao mesmo procedimento que caracteriza a arquitetura de uma habitação singular, apenas acrescentando em torno de um pátio, quantas unidades forem necessárias.

Nestas condições, a arquitetura “sem genealogia”, não produz doutrina, não se transmite a partir de códigos, tem sua difusão irrestrita sendo “o pouco que se conhece acessível a qualquer membro da comunidade, pois não há especialistas na arte de construir. É homogênea na medida em que o grau de conhecimento pode ser equivalente entre todos os membros do grupo” (SILVA, 1994: 130).

Esta forma de domínio, por parte da comunidade, dos processos construtivos, a morosidade com que as alterações são introduzidas, a limitação imposta pela matéria prima e recursos técnicos, bem como o conjunto de valores herdados, torna a lógica de funcionamento de cada elemento construtivo acessível a todos. Se pudéssemos rebatizar esse gênero arquitetônico, o termo “transparente” seria uma das expressões adequadas porque cada peça revela seu valor funcional ao olhar, não cabendo nenhuma dissimulação através da introdução de ornamentos. Assim, ao observarmos uma viga de aroeira em determinada estrutura de telhado, ou ainda, as aberturas recortadas através das paredes de pau-a-pique, pode-se verificar qual esforço a viga sustenta, onde descarrega o peso, como as fibras da madeira resistem a este esforço. No caso das aberturas, poderemos dizer a que parte do ambiente pretende-se iluminar e, na hipótese de uma transformação do uso deste ambiente, veremos as portas e janelas serem modificadas, com a abertura de novas e o encerramento das antigas que, no entanto deixarão nas paredes as marcas de sua posição anterior.

Observamos nas visitas de campo que a população da região do Manso, dada às dificuldades de transporte e comunicação, vive as conseqüências de um duplo isolamento. Primeiro em relação aos núcleos urbanos, apesar da capital do estado, Cuiabá, distar da área apenas cem quilômetros; segundo, o isolamento se dá em relação aos próprios moradores da região, sendo a festa religiosa um dos

poucos, e sem dúvida o mais importante, dos eventos sociais que promovem algum tipo de integração.

Na análise dos espaços construídos, pode-se observar como conseqüência direta de estarem estas comunidades isoladas em relação às cidades, o favorecimento de procedimentos tradicionais, ou seja, a precariedade das comunicações trabalha como fator de preservação das formas e usos de uma tradição, bem como reforça a atitude coletiva sobre a individual reforçando os vínculos familiares.

Esta situação se explica pela necessidade de auto-suficiência que se impõe há uma população pulverizada. Assim, preservados de interferências externas, os valores morais transmitidos são os valores herdados, bem como os procedimentos específicos das formas e técnicas construtivas.

Em relação à apropriação deste espaço, outro fator importante concorre para o privilégio de uma concepção coletiva da casa, o fator econômico: “naquelas sociedades onde inexistem desníveis econômicos entre seus componentes (...) a tendência é para uma utilização bem mais acentuada do espaço comum. (COELHO NETO, 1979: 51).

Sobre a distribuição desta população dentro da área estudada, observamos um adensamento maior na bacia do Rio Quilombo onde encontramos, inclusive, as comunidades mais organizadas como a Comunidade da Varginha e a Comunidade do Bom Jardim. Encontramos na bacia do Rio Manso duas comunidades distintas, localizadas já próximas ao fim da área de inundação: a “comunidade dos pretos” em sua margem esquerda, e a “comunidade dos brancos” em sua margem direita. À parte estas comunidades e entre elas e a usina, foram encontradas habitações isoladas ou núcleos familiares pequenos de, no máximo, duas edificações. No Rio Casca a tendência é para habitações isoladas ou núcleos familiares pequenos.

II A

DESCRIÇÃO DOS SÍTIOS

A escolha dos sítios visitados dentro do projeto de resgate na área do lago se deu em função dos critérios de representação regional, singularidade e freqüência. Foram visitados 32 sítios e levantadas 59 edificações, sendo importante observar que, quando existe mais de uma casa por sítio, situação esta comum, todas são ocupadas por membros da mesma família.

A) MATÉRIA PRIMA E TÉCNICA CONSTRUTIVA

As casas possuem como característica determinante de sua tipologia, a utilização, como matéria prima, dos recursos que o meio ambiente oferece nas respectivas áreas de construção. Ou seja, todos os elementos construtivos utilizados são provenientes do próprio sítio, salvo quando estes carecem de alguma matéria prima essencial que então será buscada o mais próximo possível, em razão das dificuldades de transporte. Composto basicamente de madeira, palha e terra, o edifício sofre as limitações impostas pela matéria prima que condiciona desde sua locação até as dimensões dos espaços internos. Observamos algumas variações impostas pelo material como a palha utilizada nas coberturas ou a composição da massa elaborada para o preenchimento das paredes sem, contudo, comprometer a afirmação de que todas as unidades levantadas possuem uma mesma tipologia, independente da região onde se encontram. Assim, para facilitar a descrição do edifício, dividimos suas partes componentes de acordo com a função construtiva, assim sendo:

B) FUNDAÇÕES

As vigas baldrame são de madeira de lei, normalmente a mesma empregada na estrutura. Após serem lavradas, são abertos rasgos em sua face superior onde será, posteriormente, encaixado o madeiramento estruturador das paredes. A boa qualidade da madeira é requerida em função desta ficar parcial ou totalmente enterrada, recebendo altas taxas da umidade natural do terreno, situação agravada pela inexistência de procedimentos de impermeabilização do solo tanto externa quanto internamente. A madeira utilizada para as vigas baldrame e

os esteios principais, é escolhida de acordo com a disponibilidade, sendo a Aroeira e o Vinhático (amarelinha) as mais utilizadas, ou ainda a Sucupira e o Angico.

Os esteios que pertencem às estruturas laterais são enterrados no solo há aproximadamente 0,5 m da superfície enquanto os esteios da linha principal (linha da cumeeira) podem chegar a 1,0 m. Estas medidas variam de acordo com dois condicionantes: a) as dimensões das árvores disponíveis; b) a qualidade do terreno. Da correta atenção a estas condições, depende a estabilidade e durabilidade do edifício posto que, tendo as vigas baldrame menos efeito de amarração estrutural e mais de estruturação das vedações, o prumo da casa depende da resistência dos esteios aos esforços laterais, sendo observados alguns casos em edificações antigas ou em terreno impróprio como os muito arenosos, uma inclinação comprometedoras do edifício.

Em relação à exposição da viga baldrame, foram encontradas três situações: a) parcialmente enterradas, quando em terreno suavemente inclinado; b) completamente enterradas, quando em terreno plano; c) completamente exposta, quando em terreno de desnível acentuado. As vigas baldrame ficam inteiramente expostas nos vãos das portas acarretando “degraus” entre os ambientes.

C) ESTRUTURA

O edifício é normalmente estruturado em três linhas longitudinais com uma viga principal, de cumeeira, disposta no centro da edificação e mais duas vigas laterais. Em alguns casos, uma viga liga os esteios laterais no sentido ortogonal passando pelo esteio da linha principal sem, contudo, estar presa a ele. A quantidade de esteios tanto da linha principal quanto das linhas laterais depende da extensão do edifício combinada à disponibilidade de madeira. Nos casos em que o comprimento do edifício excede as dimensões da madeira, a estrutura é repetida nos mesmos moldes, em função do sistema de apoio das vigas sobre os pilares se dar com encaixe tipo “forquilha” não permitindo extensões a partir de um mesmo pilar.

Nas casas temporárias, como o exemplo das casas de garimpeiro, em que também as paredes são de palha, portanto mais leves, a estrutura é executada com madeira branca. Todas as peças da estrutura são unidas a partir de encaixes lavrados de forma a evitar a utilização de pregos. As dimensões finais da casa são

condicionadas pelas peças que constituem a estrutura, sendo as seguintes dimensões médias encontradas a partir do nível do solo: esteio lateral – 1,9 m; esteio central – 3m; largura – 4 a 5 m; comprimento – 6 a 8 m .

D) COBERTURA

Como matéria prima para as coberturas são utilizadas folhas das palmeiras babaçu, buriti e, raramente, guariroba e ainda o capim sapé. A palha de babaçu é encontrada na maioria das casas, sendo preferida pelos construtores em função de seu porte e formato, sendo que a própria nervura da folha funciona como ripa, simplificando muito a construção da cobertura. Outro fator que concorre para a preferência pelo babaçu é sua abundância na região. Daí o babaçual ser fortemente associado a regiões antropizadas, colonizando rapidamente antigas formações florestais desmatadas. A rigidez das nervuras permite ainda a confecção de portas e janelas, bem como de paredes através de sua disposição vertical.

A folha de babaçu passa por um processo denominado, de acordo com o vocabulário regional, “riscar”: usando a ponta do facão para produzir rasgos na nervura da folha em sentido longitudinal, produz-se uma alteração em seu desenho de forma a permitir que ambas as laterais assumam uma configuração paralela, o que aumenta sua impermeabilidade. Este processo é dominado por poucos devido ao grau de precisão que exige.

A inadequação da folha de babaçu para a execução de cumeeiras é resolvida com a adoção de uma esteira, trançada especificamente para esse fim e denominada de “capelo”, ou ainda com a utilização da folha da palmeira buriti que, por sua forma, adapta-se bem a esse fim.

A folha da palmeira buriti é utilizada com menos freqüência devido a sua forma ovalada não favorecer sua amarração e sobreposição, resultando em uma cobertura menos impermeável. Foi apontado também como ponto negativo sua pouca durabilidade exigindo menor intervalo de reposição. A folha da palmeira guariroba, por sua vez, é utilizada em raríssimos casos, normalmente em função da indisponibilidade de outra matéria prima. Apresenta os mesmos inconvenientes que a folha de buriti com uma durabilidade, contudo, ainda menor.

O capim sapé, menos utilizado que a folha de babaçu e mais que a folha de buriti, apresenta como característica importante o maior grau de

impermeabilidade e durabilidade que as demais palhas, contudo, existem ressalvas em razão de ser a mais inflamável das palhas. Para facilitar sua colocação, é arrancado com a raiz sendo esta amarrada com arame ou “corda de embira” às ripas.

Todas as palhas apresentam como fatores desfavoráveis o ataque de lagartas, a inflamabilidade, configurando situação de risco, posto que todas as casas possuem fogão a lenha ocasionando incêndios freqüentes, além da pouca durabilidade. Levando-se em consideração que a vida útil destas casas é de aproximadamente vinte anos, é necessária reposição integral em intervalos de aproximadamente quatro anos e manutenção após cada período chuvoso. Contudo, esta cobertura tem se mostrado como a forma mais eficiente de controle da temperatura, permitindo uma redução de até cinco graus centígrados em relação ao exterior nos momentos de pico de calor, entre 11 e 15h.

É comum a substituição das palhas de cobertura por telhas de fibrocimento em função dos problemas acima mencionados. Observa-se, contudo, um considerável aquecimento do interior da residência.

O desenho da estrutura de cobertura varia muito em função da disponibilidade de matéria prima, sendo o madeiramento secundário – ripas e caibros - executado com madeira branca, encontrada nas matas próximas ao sítio. As ripas são normalmente de “taboca” ou “meia taboca” distando entre si, aproximadamente, 0,50 m. Este material é farto na região apresentando ainda como vantagem seu fácil manuseio. A bitola dos caibros tem diâmetro aproximado de 0,60 m. A amarração da palha nas ripas pode ser com corda de embira ou arame. Raramente são utilizados pregos.

A cobertura de duas águas é a mais freqüente sendo também encontradas coberturas de quatro águas. Em qualquer das situações, os beirais são em torno de 0,40 m. Em função da altura das paredes laterais, são feitos recortes na palha, na altura de portas e janelas.

Devido à proximidade em que se encontram algumas cozinhas do edifício de dormir e sala, variando entre 0,50 a 2 m, existe a necessidade de colocação de calhas entre os telhados. Estas são normalmente improvisadas com telhas de fibrocimento ou chapa galvanizada.

E) PAREDES

A tecnologia mais encontrada é a vedação de pau-a-pique, denominada regionalmente “barreado”, feita de ripas e varas entrecruzadas, preenchidas com barro. As paredes são estruturadas a partir de uma trama de madeira composta por segmentos verticais, apoiadas na viga baldrame indo até a altura do telhado e segmentos horizontais, amarrados aos verticais tanto na face interna quanto externa com corda de “embira”. Na ausência de viga baldrame, a madeira é colocada diretamente no solo, comprometendo por conseqüência sua durabilidade.

Para os segmentos verticais é utilizada madeira branca, roliça, com altura mínima de 180 cm; para os segmentos horizontais é utilizada a madeira branca e com maior freqüência a meia taboca. Esta trama destina-se a receber uma mistura de barro com estrume ou cal, mais raro. Estes materiais são utilizados com o objetivo de aprimorar a liga, e, por conseqüência, aumentar a capacidade de maleabilidade e aderência do barro, ítem fundamental para a durabilidade do revestimento das paredes. Alguns tipos de barro não necessitam dessa mistura.

Nesta técnica, conhecida regionalmente como “barreado”, a massa é aplicada de fora para dentro e de dentro para fora - em casas mais simples, observa-se a aplicação só de dentro para fora- sendo, posteriormente, alisada com as mãos. As paredes levam em média, na estação seca, dois dias para enxugar. Em alguns casos, algumas paredes da cozinha deixam de receber a massa de barro, constituindo-se somente de madeira roliça. Estas paredes estão dispostas sempre ao longo das fachadas que recebem menor insolação, funcionando como uma oportunidade eficiente de ventilação e iluminação.

A despeito de ser a vedação de pau-a-pique preferida por sua durabilidade, chegando há até 20 anos, se feita a manutenção adequada, são encontradas também paredes de palha de babaçu, normalmente em casas temporárias como no caso da casa de garimpeiro. De todas as edificações levantadas, duas foram construídas com tijolos de “adobe”, tecnologia mais durável que, contudo, exige mão de obra mais qualificada, o que a inviabiliza como solução tecnológica para a maioria da população da área.

A cor da casa varia de acordo com o solo, sendo que em alguns casos, é aplicada sobre a parede pronta uma nata de barro de coloração diferente como recurso de pintura. Esta mesma nata, de barro branco, cuja constituição é mais arenosa e cinza, é comumente aplicada ao fogão a lenha como recurso de higienização.

A altura das paredes longitudinais e internas é de aproximadamente 1,90 m, altura esta condicionada pelas dimensões tanto das madeiras que compõem a estrutura lateral, quanto pelas madeiras que estruturam as paredes.

F) PISO

O piso é de “terra batida” obtido com a compactação de terra carreada para o interior da casa, após coberta e concluídas as paredes. Esse método mostra-se eficiente, melhorando - devido à compactação persistente - com o uso, ao contrário das paredes e cobertura que exigem manutenção constante. Esta ação visa também o nivelamento do piso interno cujo nível é determinado pelas vigas baldrame e por elas contido.

Observou-se, ainda, em algumas residências, piso feito com uma massa obtida através da dissolução do cupinzeiro com água e sucessivas sessões de compactação com a massa já em local definitivo. Essa solução mostrou-se muito eficiente em relação à preservação do piso, reduzindo ainda a poeira, inclusive nos períodos mais secos. Foram observados, ainda, em duas habitações piso de cimento queimado, cuja rara incidência justifica-se pelo baixo poder aquisitivo da maioria da população.

G) ABERTURAS

O interior das casas é normalmente mal ventilado e escuro em função das pequenas dimensões das aberturas, somado ao revestimento escuro obtido com o barro das paredes. Essas dimensões são determinadas pela possibilidade de abertura que a vedação de pau-a-pique permite, sem o comprometimento de sua durabilidade. As folhas de portas e janelas podem ser de madeira trabalhada em processo semi-industrial ou ainda com as nervuras de folha de babaçu. Em alguns casos, através da não aplicação do barro, o construtor recorta janelas nas paredes ficando a malha de madeira exposta.

H) SEQÜÊNCIA CONSTRUTIVA

A escolha do sítio evidencia a dependência em relação aos cursos d'água. A área para construção da casa principal - a primeira a ser construída - é escolhida tendo como condicionante imperativo a localização próxima a um dos cursos d'água, distando entre 100 e 200 m. No rio ou córrego são tomados os banhos, a roupa e as vasilhas são lavadas, é encontrada água para cozinhar e beber, sendo ainda procurados para as atividades de lazer. Os outros determinantes são a proximidade com a estrada e a existência de matéria prima essencial. O terreno é preferencialmente plano ou levemente inclinado, o que facilita o processo construtivo evitando estruturas destinadas à contenção de terra ou da água das chuvas. A primeira atitude é limpá-lo, abrindo-se uma clareira cujas dimensões médias são de 400 m².

Após a escolha do sítio e o preparo do material construtivo, são erigidas as linhas principal e secundárias e assentadas as vigas baldrame. Segue-se a colocação dos caibros e ripas, quando houver, e a amarração da palha de cobertura. Em seguida é preparada a malha de madeira das paredes para, posteriormente, serem preenchidas com barro. São fixadas as portas e janelas e o fogão a lenha construído com a mesma matéria prima das paredes. Por fim, o piso é compactado e são adicionados os acessórios como suporte para moringa d'água, jiraus, criatório de animais, local para banho, fornos para farinha ou rapadura, etc.

II B

OBSERVAÇÕES SOBRE AS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

A casa do Manso caracteriza-se formalmente, sobretudo, por seu caráter atemporal. Ou seja, diante das imposições lançadas pelo ambiente de desenvolvimento desta arquitetura, independente do momento histórico, duas de suas características fundamentais - matéria prima e procedimentos construtivos possíveis - impõem uma configuração bastante semelhante para este edifício ao longo do tempo.

A origem da população atual remonta aos processos de colonização e ocupação do território brasileiro, observado em tantas outras regiões, que promove o encontro entre o índio, o europeu e o africano, em condições específicas de participação na definição do espaço construído.

Da especificidade deste encontro, temos um espaço miscigenado com a prevalência da arquitetura indígena sob o ponto de vista tecnológico e portuguesa sob o ponto de vista da configuração espacial. Podemos observar a inserção de elementos como planta quadrada, discriminação de ambientes como quarto, sala e cozinha e ainda a introdução de janelas, como uma herança portuguesa. A forma da casa, oriunda deste confronto entre a arquitetura do colonizador lusitano e as manifestações vernaculares das colônias, pode ser sentida em diversas regiões do planeta, o que explica a semelhança entre as construções brasileiras e, por exemplo, as casas em Macau, na Ásia.

Esta influência, sobreposta à prática de construção indígena local, encontra-se intimamente relacionada aos recursos naturais de seu ambiente imediato que, por sua vez, é determinante para a construção e compreensão da identidade do homem da região.

No caso da situação de colônias como o Brasil, o primeiro traço a ser destacado no estudo da formação do homem, é o fato de ele ter sido transplantado de outras terras, de outras culturas e outras realidades. Os elementos destinados à empresa de colonização, isto é, de ocupação produtiva, provêm do exterior. São para aqui transplantados tanto os senhores, os que exploram o trabalho alheio, como os trabalhadores, os escravos.

A forma de apropriação da terra é também um sistema transplantado, as sesmarias, terras doadas pela Coroa ou outro poder decisório, àqueles dispostos a produzir nelas. No caso específico da região do Mato-Grosso, esta doação está ligada à questão de ampliação e manutenção da fronteira oeste brasileira. Essa situação faz com que o dono de engenho, o que significa dizer dono das terras e da mão-de-obra, ocupe uma posição privilegiada e, por conseqüência, dite os esquemas de organização em geral e do espaço construído em particular. Esta influência faz-se sentir desde a “casa grande” do edifício colonial até as habitações mais humildes, das quais as construções atuais herdam parte de sua tipologia fundamental.

Da construção indígena, observamos, além da repetição de soluções tecnológicas, a separação da cozinha do restante da casa, sem, contudo, significar tendência à coletivização do uso deste espaço, pois, diferentemente das tribos, cada casa que é acrescida ao sítio em razão dos casamentos, possui sua própria cozinha. O local de dormir é comum a toda família - casal e filhos pequenos até, aproximadamente, 12 anos - não sendo incomum uma edificação à parte destinada somente para a este fim. Observamos que este ambiente, quando não conjugado à sala, geralmente permanece fechado ao longo do dia, só sendo ocupado no momento de dormir. A maioria das pessoas utiliza redes, sempre recolhidas durante o dia. As camas podem ser fixas, como um jirau, ou móveis. As roupas e outros pertences são dependurados no madeiramento de estrutura ou cobertura da casa, assim como as redes, ficando o piso, por conseguinte, inteiramente desocupado. Este ambiente destinado a dormir possui raras aberturas, normalmente uma porta e uma ou duas janelas, sendo que alguns chegam a ter duas portas, que também permanecem fechadas durante o dia.

Algumas edificações, daqueles moradores com uma melhor condição econômica, contam com uma área aberta destinada à convivência onde as pessoas se reúnem, inclusive as visitas. Esta área apresenta-se de duas maneiras: situada na parte frontal da casa como um alpendre, ou um rancho independente locado em uma posição intermediária entre a cozinha e a “casa de dormir”. Os poucos bancos e cadeiras estão dispostos nestas áreas.

Na maioria das áreas visitadas, além das edificações originais, existem outras residências - localizadas a distâncias que variam entre 50 e 100 metros - construídas para ser as casas das jovens famílias de descendentes. Tais

residências repetem a disposição da casa dos pais como quarto separado da cozinha, varanda ou rancho, seguindo a mesma dinâmica construtiva.

A quase totalidade das edificações visitadas possui dois acessos: um de serviço, ou aquele que se comunica com a cozinha, e o social. Observamos, contudo, que quando o sentido do fluxo externo coincide com o fluxo da cozinha ou rancho, a entrada social não é utilizada, ficando essa porta normalmente fechada - as portas fechadas são um indício forte de não circulação, dado ao estado precário em que se encontram, não permitindo movimentos contínuos de abrir e fechar.

Observamos em alguns exemplares, o revestimento das paredes já secas com uma nata de barro branco, vermelho ou amarelo, como uma pintura. Os fogões a lenha, motivo de distinção entre as mulheres, recebem esta nata constantemente, uma vez por semana, como recurso de higienização. Nas raras residências onde encontramos fogão à gás, estes não eram utilizados, alguns nunca chegaram a ser, em função da dificuldade para a obtenção dos botijões, tornando-se por conseguinte uma peça decorativa, ou mesmo, símbolo de status.

Na área externa, próxima à cozinha, estão dispostos jiraus onde são lavadas as vasilhas. Quando não há possibilidade da água ser conduzida, por gravidade, dos córregos por meio de mangueiras, existem reservatórios destinados a armazená-la. É comum, quando a água é trazida por mangueira, a associação destes jiraus com o local de lavar roupa e área de banho. Nesse caso, constrói-se uma parede de folhas de babaçu em forma de “U” com a entrada situada no lado oposto da casa.

Nenhuma das casas possui banheiro ou qualquer instalação sanitária. Como na maioria dos casos o cotidiano da família depende das águas dos rios para lavar a roupa, tomar banho ou como fonte de água para preparação da comida ou ainda para beber, todas as casas encontram-se próximas a um dos cursos d’água, distando em média entre 50 a 150 m.

II c

SIGNIFICAÇÕES NO ATO DE HABITAR

Analisando algumas situações particulares detectadas em campo, procurou-se compreendê-las à luz de algumas dicotomias assim estabelecidas: masculino x feminino; privado x comum; artificial x natural, amplo x restrito. O objetivo de aplicar tais oposições é favorecer a investigação dos valores impregnados no edifício através da observação de suas configurações materiais em contraposição às atitudes dos moradores de forma a compreender nestes movimentos como o comportamento condiciona a forma do edifício e como o edifício condiciona o próprio comportamento.

A) FEMININO X MASCULINO

Bachelard nos fala sobre duas casas, uma exterior e outra interior: “No equilíbrio íntimo das paredes e dos móveis, pode-se dizer que tomamos consciência de uma casa construída pelas mulheres. Os homens só sabem construir o exterior” (BACHELARD, 1981). Como expressar melhor as relações que eles, homem e mulher, mantêm em relação à casa do que observando as tarefas atribuídas a cada um na própria construção da casa? O homem responsável pela estrutura, cobertura e estrutura das paredes, a mulher pelo preenchimento das paredes com a massa de barro e a execução do fogão a lenha.

A matéria prima da estrutura e cobertura exige incursões distantes, força física, uma ciência para escolher a árvore correta, a palha correta e, ainda, a ciência do facão, que é a ferramenta mais importante de todas as necessárias para construir. Os filhos homens passam a acompanhar o pai assim que adquirem idade para cuidarem de si mesmos e, desta forma, são iniciados nas técnicas da construção. Às mulheres são reservadas as tarefas que exigem mais aplicação e esmero: o barro, muito mais do que força física requer sensibilidade e paciência. Normalmente, é extraído em um local próximo à casa, tornando-se fonte, inclusive, para as necessárias manutenções. Essas analogias, além de espelharem uma realidade relativa à mão de obra, ilustram a imagem que homens e mulheres constroem de si mesmos, à medida que desempenham seus respectivos papéis de acordo com costumes herdados, sem ousar ou querer questioná-los.

A divisão do trabalho permanece perceptível na forma como relaciona-se com o espaço. Não só a cozinha, mas todos os cômodos da casa são de domínio feminino. É a mulher quem sabe onde estão guardados documentos, é ela quem decide sobre a disposição dos móveis, arranja as roupas sobre as pontas das tramas das paredes, é ela quem decora, quando há decoração. É também compreendido como espaço feminino as margens do córrego onde se dão as atividades de lazer, banho e lavagem de roupa. Ao homem, o exterior. Da estrutura, paredes e cobertura para fora: o banco na porta da casa, a roça, o rio, o garimpo.

Duas situações particulares a respeito da relação entre a mulher e a ambiência da casa chamam a atenção e merecem ser citadas. A primeira, uma casa na margem esquerda do Rio Quilombo, cuja moradora, a senhora Cristina, pintou todas as fachadas com desenhos primitivos figurando plantas numa clara alusão à família. Para tanto, ela aplicou uma nata de cinza de fogão misturada com água sobre o barro vermelho, cor natural das paredes.

A segunda, a senhora Caetana, na comunidade Bom Jardim, que incrustou vidros de conserva na parede que divide a sala de uma varanda frontal, como artifício para aumentar a iluminação. Ela mesma reconhece que a iluminação não melhorou, mas afirma ter gostado do resultado de qualquer maneira, porque ficou bonito. Além de outras inovações que a tornam conhecida e requisitada pelos vizinhos, a senhora Caetana resolveu trazer o fogão para o interior da residência, procedimento contrário à prática geral de manter a cozinha em um edifício separado. Sua justificativa para tomar uma atitude diferente da grande maioria de suas referências de casa é de uma simplicidade desconcertante: “não gostava de me molhar ao passar da casa para a cozinha”.

Em ambos os casos percebemos não uma tendência de liberdade criativa, mas um movimento pessoal, de pequena transgressão, que os vizinhos chamam de “uma arte”.

B) PRIVADO X COMUM

Ao contrário do que a cultura urbana nos ensinou a considerar como elementos garantidores de privacidade, como o são gavetas, chaves e portas, a casa do Manso desperta para novas relações. Não havendo gavetas, chaves nem

portas e, sendo a necessidade de intimidade uma necessidade humana básica, precisamos reconhecer os seus próprios mecanismos.

Primeiro, temos o privado entendido como a família, ou os moradores de determinada casa, contra o mundo. Em um segundo instante, temos a intimidade do indivíduo contra a própria família. No primeiro caso, ao visitarmos as casas, podemos testemunhar um mecanismo eficiente de privacidade: a escuridão. A diferença de iluminação entre um exterior extremamente claro - pois a casa encontra-se, invariavelmente em uma clareira, sem áreas sombreadas próximas - e um interior enegrecido pelos materiais utilizados na construção, pela altura do telhado e a exigüidade das aberturas, é equivalente a uma parede. De imediato, sentimo-nos tentados a abandonar o ambiente não sem o desconforto de termos invadido aquele espaço.

Sobre a privacidade do indivíduo, as diferenças não são menores. Vivendo, cada um, dentro de um código moral claro para todos os membros da família e dividindo com ela todos os ambientes da casa - estendendo até as cercanias onde são feitas as necessidades fisiológicas ou, ainda, o rio onde são tomados os banhos - a privacidade pessoal não está em qualquer delimitação de espaço físico. Podemos percebê-la muito mais num jogo de ausências, em que cada um se retira para o seu lugar de conforto, fora do edifício.

Note-se a disparidade entre a concepção urbana corrente de espaço íntimo que, prontamente relacionamos aos aposentos do quarto e o quarto das casas estudadas que, quando edificadas em um corpo separado, permanecem fechadas por todo o dia, sem que ninguém ali permaneça.

As visitas são recebidas em locais que variam de acordo com as condições da casa. Pode ser em um alpendre localizado na parte frontal do edifício; ou num rancho construído separadamente - normalmente onde ocorrem as festas religiosas; ou no interior da própria casa - quando esta for, excepcionalmente, clara ou, ainda, no quintal.

O comportamento típico de homens e mulheres diante da presença do pesquisador, o que atribuímos a qualquer outra presença estranha, é a postura masculina de ir ao encontro do visitante para identificá-lo e identificar-se, oposta à

da mulher que, quando sozinha recolhe-se ao interior da casa, na escuridão, aguardando o estranho aproximar-se primeiro, antes de recebê-lo.

C) ARTIFICIAL X NATURAL

Esta relação de oposição configura-se, na verdade, numa relação mais próxima à continuidade. A própria origem do material construtivo, no entorno imediato ao local da construção, faz com que o edifício integre-se perfeitamente à paisagem. Esta integração, que em princípio pode parecer apenas visual, fomentadora de uma questão estética, aparentemente não importante para o morador do Manso, espelha na verdade uma integração com o entorno, entre o construído e o natural, muito mais profunda.

Uma integração favorecida pela continuidade do piso de terra batida desde os cômodos até o quintal, pela passagem de ar, iluminação e do olhar através das inúmeras frestas das paredes, pelas cores da casa que são as cores do chão e das árvores. Uma integração que se reflete num controle de temperatura interna eficiente ou em soluções para controle de pragas e insetos.

D) AMPLO X RESTRITO

Podemos compreender as áreas das atividades familiares como bolhas sobrepostas de acordo com o grau de intimidade de cada tarefa. Assim, temos a menor bolha ocupando o interior da casa onde somente os membros da família e visitas convidadas têm acesso. Em seguida, temos o espaço do quintal imediato onde são admitidas as pessoas estranhas à família, permanecendo, contudo, um espaço ainda íntimo.

Através de caminhos radiais, partindo da casa principal, normalmente a primeira a ser construída, pertencente aos pais, alcançamos as casas dos filhos casados. O grande perímetro em que se inserem todas as unidades de habitação forma uma terceira bolha dentro da qual são respeitadas as devidas distâncias e exercidas as devidas intimidades entre membros da mesma família e os novos parentes por afinidade. A última bolha engloba as roças próximas e as margens do rio ou córrego que os moradores utilizam para socorrer suas diversas necessidades de água.

Estes perímetros imaginários retêm em seus limites a extensão de determinadas atividades como, por exemplo, a preparação de alimentos e criação que se estende por todo o quintal desdobrando-se, quando em sítios economicamente mais favorecidos, em casas de farinha, engenhos, fornos, pocilgas, galinheiros etc.

III

INCOMPATIBILIDADES ENTRE A CASA ORIGINAL E AS CASAS DOS ASSENTAMENTOS

Procuramos discutir o conceito de arquitetura vernácula e seu papel no momento atual a partir de uma amostra significativa do patrimônio arquitetônico da região da UHE-MANSO. Significativa sob o ponto de vista qualitativo, respeitando as diferenças encontradas, mas sobretudo, através das semelhanças, identificando na situação de campo, as relações universais que se estabelecem entre um homem específico e sua casa específica. Buscamos, nesta perspectiva, apontar um dos pontos possíveis de convergência das várias atividades e atitudes implícitas no verbo habitar: a influência histórica, as imposições do meio ambiente, a realidade sócio-econômica.

Esta é a casa dos levantamentos, das fotografias, do registro que insere na história um recorte de um modo de fazer em determinada data, em determinado lugar. Contudo, este “modo de fazer” remete-nos à segunda casa porque diz respeito a “quem” faz. Aqui falamos da casa interior composta de movimentos, de rotinas, de presenças.

E é no edifício recém abandonado pelo morador que se retira para os assentamentos, que pudemos perceber o rompimento destas casas sobrepostas, pois guardam um aspecto de abandono desproporcional ao tempo de saída. Visitamos sítios cujos moradores haviam seguido no dia anterior, mas que pareciam ter sido ocupados em tempos remotos. Esvaziada de sentido mesmo antes de ser coberta pela água, a casa do Manso morre, assim que a família se vai, assim como uma tapera não mais ocupada é abandonada ao tempo para ser desfeita.

Para Bachelard, “espaço habitado” é a essência de nossa noção de casa. Espaço geométrico habitado pelo homem: “É preciso dizer como habitamos o nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia-a-dia, num canto do mundo (...) porque a casa é o nosso canto no mundo” (BACHELARD, 1998:24). Um canto de conforto que, como vimos na precariedade das instalações encontradas, transcende o edifício indo residir nas relações de apropriação do espaço e no estabelecimento de referências que atribuem à casa seu valor de segurança. Para tanto, entendemos a casa como o edifício que abriga

relações familiares de papéis bem demarcados, sob a autoridade oficial de um pai, a interferência determinante da mãe e a cooperação dos filhos, numa sociedade em que feminino e masculino são gêneros de diferenciação definitivos. Um edifício que privilegia os espaços coletivos, construído em um sítio que privilegia os vínculos familiares. Uma construção que explora com sabedoria os recursos que a natureza oferece, inclusive por não haver outros meios, erguida com o auxílio de uma técnica fixada na memória pelos valores da tradição.

A esta situação, contrapõe-se a nova realidade dos assentamentos através da introdução de novidades que irão promover uma transformação fundamental em todas as relações correntes que têm por palco a casa. Examinemos sob a ótica da arquitetura e suas influências, alguns pontos desta mudança. Em primeiro lugar, a redução da área onde as novas habitações estão implantadas, obriga o morador a estabelecer contatos novos com vizinhos que agora não mais pertencem a uma mesma família. Numa sociedade acostumada a viver sem portas e cujos membros fazem suas necessidades fisiológicas nas cercanias da casa, portas e banheiros serão, sem dúvida, elementos externos de transformação dos mecanismos de preservação da intimidade.

Uma outra questão importante, ainda relacionada à nova distância estabelecida entre as unidades habitacionais, concerne às novas relações e o conseqüente intercâmbio de idéias e experiências, que serão estabelecidas entre os membros destas comunidades emergentes. Torna-se difícil, neste novo contexto, manter-se inalterada a dinâmica das relações entre indivíduos, até então baseada nos vínculos familiares.

Uma última conseqüência é a alteração do mapa do sítio, que anteriormente permitia o acréscimo indefinido de novas unidades habitacionais em decorrência do casamento dos filhos. Esta alteração vem também contar como fator desagregador destas relações familiares, repercutindo na apropriação do espaço, posto que partimos de um modelo que privilegia os espaços comuns, marcadamente espaços da família.

Em nossas poucas visitas às famílias assentadas, pudemos observar a apropriação do espaço ainda nos moldes anteriores. A primeira atitude destas famílias é a construção da cozinha nos fundos da casa, em um bloco separado, nos mesmos padrões antes praticados. A utilização, dentro da nova casa, do espaço da

cozinha como quarto, denota além da insistência em um procedimento natural àquelas famílias, a necessidade de ampliação do espaço para leito, dado que as famílias são quase sempre numerosas.

Partindo de um edifício cuja matéria prima, técnica construtiva e organização espacial, diferem dos padrões anteriores e considerando, ainda, a exigüidade da matéria prima habitual, a tendência de adequação dos espaços é de uma apropriação híbrida, moldada pelo morador em função de suas próprias referências de conforto físico e psicológico e o novo contexto. Esta nova tipologia a ser estabelecida com o passar dos anos, e que pode ser observada já nas casas próximas à linha de transmissão, é de interesse da teoria da arquitetura pela materialização de formas inéditas de relação do homem com sua casa..

É, contudo, na disposição de ânimo conflitante entre idosos e jovens de uma mesma família, que podemos observar o maior indício de transformação: desalento daqueles que deixam para trás as referências impressas nas paredes de uma tapera e expectativa dos que compreendem nesta mudança uma benfazeja oportunidade.

Sob o ponto de vista da arquitetura, especificamente se nos ocuparmos do papel que a tecnologia desempenha como uma das linhas de imposição que, sobrepostas, constituem o espaço construído, veremos que a utilização de uma matéria-prima e uma técnica construtiva importadas, estranhas à prática usual, implicará em algo além de uma natural transformação tipológica do edifício. A substituição de um procedimento por outro implica na alteração de uma estrutura aceita de transmissão de conhecimento, aqui especificamente do conhecimento técnico-construtivo em toda sua abrangência, com a conseqüente mudança da posição dos personagens.

Se imaginarmos esta prática de transmissão dos conhecimentos técnicos construtivos dentro de um universo maior, que envolve outros mecanismos de preservação daquele tipo de estrutura familiar como, por exemplo, os marcos de diferenciação dos gêneros masculino e feminino, ou da relação de autoridade existente entre pai e filho, poderemos vislumbrar a extensão das transformações que estão por vir.

É importante considerar ainda que a utilização de uma matéria prima industrializada, que traz consigo uma lógica própria de aplicação, bem como uma planta repetida em todas as unidades habitacionais, impõe, pelo menos de início, uma “forma” sobre uma “prática” de morar, que será confrontada em busca de um novo estado de conciliação entre morador e edifício. Esta conciliação poderá se dar com a construção de uma cozinha nos fundos e a manutenção de sua função social, ou mesmo o deslocamento desta mesma função para uma outra área da casa, em busca de um novo equilíbrio, adequado à nova situação.

IV

A CAMINHO DA CIDADE: COMPARAÇÃO ENTRE DOIS PROJETOS DE RESGATE DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

O trabalho de resgate do patrimônio arquitetônico na área do lago da UHE - Manso considerou a casa menos como edifício, sinônimo de construção – o que estaria mais próximo da teoria da arquitetura – e mais como artefato, cultura material – o que a faz surgir através de uma interpretação antropológica. A escolha desse caminho se deu, entre outras coisas, pela necessidade de, dentro desses projetos, se estabelecer um canal de cooperação com outras disciplinas de pesquisa como a paisagem, antropologia, história e arqueologia.

A casa é o objeto de análise sobre o qual se pode construir dois tipos de discussão: uma que a compreenda unicamente como resultado de um contexto e outra que a conceitue como objeto participante desse contexto e, por suas características, objeto dos mais importantes entre aqueles que mediam as negociações sociais.

Esse segundo aspecto vem sendo trabalhado dentro da arqueologia na medida em que se percebe o espaço doméstico em seu alto potencial informativo que permitindo relacionar espaços e artefatos a comportamentos, mudanças de comportamentos e o poder que as engendra, partindo da idéia de que há uma assimetria, uma desigualdade social no que concerne a grupos e indivíduos que detêm o controle de outros grupos e outros indivíduos. Tais configurações não só estão refletidas na casa, como também são determinadas, continuadas ou modificadas, pela própria casa que, silenciosamente, reforça as condutas socialmente dominantes, assinala rompimentos, participando e não apenas refletindo as estratégias de poder vigentes:

“Por causa de sua durabilidade e visibilidade, as estruturas arquitetônicas são especialmente apropriadas para carregar mensagens de poder, componente estratégico central. Segundo, diferente de vasos cerâmicos ou ferramentas líticas, as estruturas arquitetônicas têm um impacto direto no uso do espaço. Espaço é a dimensão básica onde todas as interações sociais acontecem e onde estão todos os recursos. Organizando materialmente o espaço, a arquitetura organiza fisicamente as

relações sociais, restringindo ou capacitando o acesso dos usuários a recursos específicos como objetos, informações ou às ações de outras pessoas” (NIELSEN: xxxx, p 54)⁸

Esta possibilidade interpretativa da arquitetura por um viés antropológico pode, além de oferecer à primeira disciplina uma possibilidade de análise a partir de parâmetros mais próximos às variantes regionais, auxiliar nas reflexões necessárias à arqueologia naquilo que concerne aos problemas surgidos quando se coloca a questão de culturas arqueológicas como entidades étnicas, baseada nas dificuldades dos vestígios arqueológicos de informar sobre os processos de invenção cultural.

A metodologia desenvolvida por Axel Nielsen dentro da arqueologia, e que será utilizada nesse trabalho para análise da casa sertaneja, propõe a adoção de categorias interpretativas que permitem algumas inferências relacionadas ao comportamento de seus moradores, principalmente no que se refere a períodos de mudanças através da compreensão das atitudes adaptativas dessa população, de algum modo dedutíveis de sua cultura material. São as categorias trabalhadas por Nielsen: a) capacidade; b) acesso; c) atributos visuais; d) segmentação e diferenciações funcionais; e) posição hierárquica; f) concentração de unidades residenciais e g) durabilidade.

Esses atributos visam possibilitar a análise formal das estruturas arquitetônicas e suas implicações sobre o comportamento, demonstrando como são construídas estratégias de poder: “Using contextual information, they can relate these strategies to certain aspects of the political economy or macrosocial processes” (NIELSEN/ p 59)

A pertinência da aplicação dessa metodologia à análise do espaço doméstico da área em questão se dá também pela necessidade presente na teoria da

⁸ *“because of their comparatively long uses-lives and high visibility, architectural features are especially appropriate for conveying power messages, a central component of prestige-seeking strategies. Second, unlike ceramic vessels or lithic tools, structures have a direct impact on the use of space. Space is a basic dimension in which all social interactions take place and all resources exist. By materially organizing spatial behavior, architecture physically conditions*

arquitetura de encontrar métodos de análise mais científicos que aqueles comumente adotados sob a inspiração da história da arte. Dessa forma, o fato da arquitetura só poder ser analisada a partir de parâmetros estilísticos, fez com que o edifício vernacular fosse tido por muito tempo como não arquitetura, sendo a casa sertaneja ou as da periferia urbana , objeto de interesse mais de sanitaristas e antropólogos do que de arquitetos.

Através do estudo das configurações arquitetônicas, arqueólogos têm discutido as estratégias de construção e manutenção de poder ou de poderes socialmente constituídos. A análise do edifício como cultura material visa compreender o comportamento de quem o produz e utiliza, considerando, sobretudo, aqueles significados não aparentes dentro da abordagem utilitarista que, dentro da teoria da arquitetura moderna, tende a ignorar alguns conteúdos simbólicos deixando aberta uma lacuna entre a atitude de quem constrói e manipula o objeto e sua forma:

“Os significados observáveis na cultura material são contingentes a uma situação cultural e histórica particular (...) símbolos, ideologias e outras forças mentais não deixam traços nos registros arqueológicos exceto através de sua habilidade de informar sobre o comportamento” (NIELSEN, xxxx, p 51)⁹

Tanto no meio ambiente natural quanto cultural, obras dessa magnitude tendem a desequilibrar as estruturas sociais que após um tempo, de acordo com a natureza do impacto e as condições de sua absorção, se recomporão em novos arranjos. Mais uma vez a questão pós impacto relaciona-se às questões de poder e seus mecanismos de manutenção e mudança.

Assim como a arqueologia pós-processual nasce da insatisfação “com as metas generalizantes da nova arqueologia” (SYMANSKY/1997, p 31) a arquitetura também vem debatendo, desde a década de 60, sobre a importância de se considerar conceitos específicos nas análises dos espaços construídos contra os conceitos universalizantes que predominaram ao longo do século XX, como explícito no pensamento de Le Corbusier, um dos teóricos mais importantes do Modernismo:

social relations , restricting or enabling users'access to specific resources, whether these are conceived of as objects, information, or other peoples actions” (NIELSEN/ ano, p 54)

“Nasceu uma época maquinista (...) nossa compreensão vivaz da natureza, de suas belezas, de suas forças, tudo se integrou num sistema de organização arquitetônica. Pois a ciência, ao revelar-nos o fenômeno cósmico, proporcionou-nos uma grande força criadora e a arquitetura é a condição de criação humana” (CORBUSIER/ 1996, p 9).

Corbusier não só afirma que a arquitetura deve superar as especificidades contextuais, mas acredita mesmo que ela pode eliminá-las. Contra essa “presunção”, a idéia de uma arquitetura antropológica ganha força nos anos 70, na mesma direção, aliás, que o pensamento pós-moderno ganha força em suas críticas ao modernismo, acusado, entre outras coisas, de promover a esterilização em nome da universalização.

Rappoport, em seu livro *Culture and the built form* (1969), incita a questão:

“The relation of built form to culture remains in its vaguely defined circle of internal and external factors. Its enormous diversity is not understood. In contrast to this, architectural anthropology provides plausible arguments for house formations. Its essential points, its place and gate-markers define space and house form according to a vanished infrastructure: territorial demarcation.”

Esse pensamento universalizante justificou a construção de conjuntos habitacionais e ainda fundamenta a construção de casas para populações removidas de áreas sob o impacto de obras para áreas de assentamentos. Contudo, os estudos relacionados às especificidades de cada grupo na tarefa de se adaptar a essa arquitetura e a essa cidade, têm contribuído para que o edifício possa ser considerado fora do contexto da produção industrial, onde ele é tido sobretudo como resultado de arranjos prático racionalistas – de um racionalismo cada vez mais monetário - que combina necessidades funcionais e aparentemente funcionais com disponibilidade de recursos.

O fundamento da Arquitetura Moderna parece tratar de um novo humanismo quando aceita a casa como “máquina de morar” e a máquina como criação do homem para atender a necessidades humanas: “a máquina é construída a partir do sistema mental que elaboramos para nós e não a partir de uma fantasia

(...) esse sistema, arrancado artigo por artigo, do mundo que nos rodeia e do qual participamos, é bastante coerente para determinar a criação de órgãos que cumprem funções semelhantes aos fenômenos naturais. Verificação tranquilizadora” (CORBUSIER/ 1996, p 111).

Mas a dificuldade dessa arquitetura em considerar os conteúdos simbólicos impressos nas coisas - ou antes, tentar dominá-los - é notória, valorizando os aspectos utilitários de onde, inclusive, passa a fazer derivar os aspectos formais, por eles representarem fatores impeditivos para que a universalização, desejada, já proposta e aprovada no mundo das máquinas, alcance a idéia da “casa”. Tem-se, por exemplo, a proibição moderna do ornamento tido como funcionalmente dispensável e esteticamente indesejável embora afetivamente importante.

As casas encontradas na área de estudo guardam algumas particularidades que as tornam importantes para compreender a necessidade e a lógica dessa mudança de foco na análise do espaço doméstico e que tem aproximado arquitetura e arqueologia através da antropologia. A construção que utiliza como matéria prima materiais disponíveis no próprio sítio e como mão de obra a própria família que irá habitar a casa, nunca pôde se encaixar em nenhum estilo arquitetônico além do conceito, um tanto vago, de arquitetura vernacular, que abriga sob uma mesma definição casas construídas na periferia urbana, diversos tipos de construção rural e até mesmo a casa indígena.

O que vem sendo questionado pelas novas possibilidades da teoria da arquitetura é justamente o fato dessa construção marginal representar um número muito significativo, senão impositivo, em relação àquela que se classifica sob algum estilo. Ou seja, enquanto essa arquitetura marginal não é entendida como arquitetura, ela é sistematicamente ignorada. O grande problema é que é justamente aí que vive a maioria da população de países com um desenvolvimento conturbado como o Brasil.

V

A FRONTEIRA ENTRE O RURAL E O URBANO: AS CASAS DA LINHA DE TRANSMISSÃO

Procurou-se trabalhar numa perspectiva que considera as casas estudadas na área da LT como estando em uma condição intermediária entre o modo de vida da população essencialmente rural como a que foi removida para a construção do lago e aquela que já deixou o passado do campo há mais tempo, se adaptando como pôde à cidade.

Essa tensão aparece quando colocamos em oposição a casa anterior de pau-a-pique ou adobe, ainda não alterada pela utilização de materiais industrializados – característica da maioria dos exemplares pesquisados na região do lago - e a casa de alvenaria e telha de fibrocimento, típica das cidades. Entre uma e outra, temos as casas da área da LT representando uma situação de fronteira explícita em uma morfologia híbrida, em que se considera tanto as alterações tecnológicas quanto as transformações relacionadas à apropriação do sítio, utilização de seus recursos e ocupação da casa.

A situação de fronteira se define pelo encontro de temporalidades distintas: a fronteira é “sociologicamente um lugar de contraditórias temporalidades” (MARTINS/ 1998 p 681). A casa de pau-a-pique pertence a um tempo diferente da casa de alvenaria e a sobreposição das duas, invariavelmente, resultará numa disjunção que reflete o movimento de reacomodação social, resultado do encontro forçado entre novo e antigo:

“ (no sertão) a vida cotidiana é pontuada e definida pela prosaica coleção de objetos do rancho de madeira e palha, da casa de adobe ou de barro coberta de folhas de babaçu (...) e definida pelos gestos, atos, expressões e relacionamentos por eles mediados, torna-se assim repositório de uma visão de mundo, de uma coerência de mentalidade. Ambos, meio de vida e visão de mundo, são essenciais para compreendermos o lugar que o descompasso das temporalidades que atravessam a vida de todos os dias tem na defesa de um modo de vida que encontra na intimidade um alto sentido defensivo” (MARTINS/ 1998, p 685)

A fronteira, é aqui definida também por uma situação em que um modo de vida passa a ser influenciado por outro de forma definitiva mas que ainda vê persistir uma mentalidade arcaica dentro do processo de inovação. A fronteira é “indicativa de como entre nós o novo se apossa do arcaico que o viabiliza” (MARTINS/ 1998, p 682).

Se, na casa, a mudança do pau-a-pique para a alvenaria é funcionalmente melhor, questões invisíveis se interpõem entre a razão prática – intrinsecamente ligada ao processo de urbanização e “modernização” - e seu resultado sobre as relações pessoais intermediadas e reguladas por construções simbólicas. Alterações observadas em certas estruturas da habitação, como tecnologia, distribuição interna e locação no terreno, representam alterações muito mais profundas que podem alcançar os arranjos que promovem o equilíbrio de determinada sociedade como nas relações de hierarquia ou nas relações econômicas.

Na questão da hierarquia familiar, por exemplo, a quebra de um sistema de vizinhança anteriormente estruturado com a unidade residencial central, ocupada pelos pais e as periféricas pelos filhos depois que se casam, faz com que os lugares dentro da família se alterem. Numa nova perspectiva de tempo em que os saberes antigos vão sendo, sistematicamente, desqualificados, não é raro o filho assumir a condição de mantenedor único da família por meio de um emprego ou serviços temporários fora da unidade doméstica. À essa alteração de responsabilidade não corresponde necessariamente uma alteração de poder e por aí pode se instalar o desconforto.

A dificuldade de manutenção do sistema produtivo habitual em face da escassez dos recursos normalmente mobilizados, somada à mudança para uma casa de assentamento, como no caso da região do lago, inserida em um sistema que a tem primeiro como valor monetário, ou seja, vendável, pode promover uma desagregação familiar antes do estabelecimento de uma nova configuração do grupo.

Como consequência direta dessa desarticulação temos a possibilidade de assistir a um dos fenômenos característicos dos processos de urbanização que é o abandono do coletivo em prol de uma postura cada vez mais individual. Essa mudança estará refletida em diversos aspectos como na relação entre pais e filhos,

caracterizada por perspectivas distintas em relação ao futuro ou até a própria apreensão da paisagem, cada vez mais restrita aos limites do próprio quintal. Assim, quando se vê desaparecerem nos assentamentos algumas características distintivas de um modo de vida regional como a locação das casas dos filhos casados no entorno do primeiro edifício, pode-se, inicialmente, atribuir o fato a uma imposição funcionalista como a exigüidade do terreno. Contudo, a pergunta é se mesmo com terreno disponível tal distribuição espacial sobreviveria quando a lógica familiar que a sustentava já não pode permanecer a mesma depois de impactada pelos valores urbanos ou semi-urbanos.

A alteração na condição fundiária é um ponto crucial para se entender a extensão da transformação de parâmetros. A casa do posseiro reflete a marca do provisório “sinal de frágil enraizamento” (MARTINS/ 1998, p 674) e sua relação com a terra confere valor ao trabalho e não à terra em si. Quando a aproximação com a cidade começa a promover a alteração desses valores, a tendência é a casa se apresentar como uma aquisição permanente, embora, em muitas das vezes, a situação da família seja de muito maior instabilidade :

“nesse momento, a propriedade privada, fundamento do privado, da contratualidade das relações sociais, da cidadania, invade e suprime violentamente o espaço da vida privada, a casa e a terra de morada e de trabalho” (MARTINS/ 1998, p 676).

Em regiões que estão a caminho da cidade, o conflito nascido de um impacto externo tem ainda maior relevância sobre a vida das sociedades atingidas, posto que estas pessoas, além de ter de assistir de forma passiva a uma mudança radical de parâmetros em função da obra, ainda estão expostas, por outros meios como a televisão, a valores que contestam os seus próprios, não raro os ridiculariza classificando-os como obsoletos. Em países cuja área rural é imensamente superior à sua área urbana, mas que tem ao mesmo tempo uma população urbana próxima aos 85% - e crescendo -, os valores citadinos tendem a preponderar e a engolir qualquer manifestação diferente. Isto estará refletido na casa quando, por exemplo, observamos alterações radicais como a incorporação do espaço da cozinha ao corpo principal da casa justificadas pela economia de espaço e praticidade, mas que podem significar, no fundo, uma adesão à imagem de um modo de vida desejado.

Em regiões onde o hábito é confrontado com influências exteriores, a vida privada passa a estar sujeita a alterações importantes: “é nessa situação que se definem os limites e as possibilidades da vida privada (...) são regiões que pedem a invenção de uma sociabilidade apropriada na circunstância do conflito e da conflitividade” (MARTINS/ 1998, p 670). Uma nova “sociabilidade” demanda um novo espaço, uma nova configuração que receba, ao mesmo tempo que estimule, novos fazeres, apropriados à nova ordem onde é comum surgirem antagonismos, procedimentos adaptativos com um forte teor de transitoriedade mesmo naquilo que é cotidiano.

V A

A INTERPRETAÇÃO DA ARQUITETURA ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DOS ATRIBUTOS DE NIELSEN

Para a aplicação desses parâmetros, optou-se por considerar dois grupos comparativos: A) aquele representado pelas casas ainda preservadas das alterações que decorrem de influências urbanas como é o caso dos sítios estudados na região do lago da UHE – Manso, mais o sítio Piteiras, na área da LT, ocupado provavelmente na década de 30, e que foi trabalhado pela arqueologia histórica; B) as casas encontradas na área da linha de transmissão que já sofreram alterações significativas decorrentes da incorporação ao modo construtivo de matéria-prima industrializada .

Essa divisão foi feita para permitir uma comparação clara entre a situação A, onde imperam as características da casa sertaneja observadas na região do lago e confirmadas pelas informações do sítio arqueológico Piteiras e a situação B, em que temos uma tendência clara de transformação tipológica da casa rumo à arquitetura vernacular urbana.

É importante esclarecer que as casas como as do grupo A – onde predominam a construção de pau-a-pique e cobertura de palha – são encontradas também na área da LT. Contudo optou-se por privilegiar aquelas casas que já apresentavam alterações que justificassem estudá-las sob a perspectiva da urbanização que é o que as caracteriza como sendo construções de área de fronteira. Essas casas além de representarem um número significativo dentro do universo estudado, significam uma tendência aparentemente irreversível de transformação tipológica.

A) CAPACIDADE

Capacidade é a definição material de quantas pessoas são permitidas a participar de atividades que têm lugar dentro das estruturas arquitetônicas. Esse parâmetro está diretamente relacionado ao tamanho das

famílias – normalmente numerosas na região – posto que esse trabalho ocupa-se exclusivamente de unidades residenciais.

Através de uma comparação entre as dimensões das casas, pode-se constatar que houve pouca variação ao longo do tempo dentro do grupo A. Essa hipótese é reforçada pela comparação entre a planta da casa do Sítio Piteiras e as plantas das casas de pau-a-pique da região do lago. Quando a mesma comparação é feita em relação às casas do grupo B, percebe-se uma diminuição de área aproximando-as, também nesse aspecto, das casas da periferia urbana.

Essa redução de área não corresponde, pelo menos imediatamente, à diminuição do número de moradores ou do número de filhos por família e pode estar relacionada a diversos outros fatores como acesso possível, mas ainda bastante restrito, a materiais de construção, hipótese que coloca o problema das novas dimensões da casa como um problema de adequação tecnológica.

A dificuldade de acesso ao material construtivo, decorrente, primeiro, por só poder ser adquirido mediante pagamento em dinheiro e, segundo, pelo preço e dificuldade do transporte desse material, produz construções híbridas entre o modelo sertanejo e o modelo urbano onde não é raro se verem preservadas do uso cotidiano as casas de alvenaria, numa possível demonstração de que o morador elegeu novos parâmetros de colocação social.

Caberia portanto, determinar, os motivos que levam à diminuição da área da casa além dos fatores de limitação financeira construtiva, e as conseqüências posteriores disso sobre os arranjos familiares relacionados a número de pessoas, época em que os filhos saem de casa ou mesmo a ordem de distribuição dos membros da família nos cômodos. Todas essas questões irão estar ligadas à estrutura da própria família, refletindo e conduzindo as transformações em seu interior.

B) ACESSIBILIDADE

A acessibilidade regula o alcance das pessoas a determinados recursos localizados no espaço e sua condução pode assumir diversas formas, desde a presença de trancas e muros “from choice of locations that are naturally difficult to reach” (NIELSEN/ p 57). Tais restrições visam preservar e regular aqueles recursos

que são utilizados pelo grupo sendo bem exemplificado na região pela localização das roças, acessíveis apenas àqueles autorizados a percorrer o caminho.

Com a transformação dos sítios submetidos à maior influência das cidades, os mecanismos reguladores de acessos tendem a deixar de ser dissimulações visuais (que serão melhor tratadas categoria “atributos visuais”) passando a ser impedimentos físicos como cercas e portões. Assim como o acesso ao interior das casas do grupo A é muitas vezes limitado apenas pela escuridão ou por uma folha de porta mais simbólica do que efetiva, o acesso ao interior das casas do grupo B tende a ser limitado por barreiras muito mais efetivas com portas, janelas e trancas. Essa situação é um indicativo importante da transformação das relações de confiança ou mesmo da nova situação de vulnerabilidade do grupo em relação à pessoas estranhas

Tais alterações implicam em novas configurações de segurança que sem dúvida alteram a dinâmica dos relacionamentos, assim como impõe novos mecanismos de regulação de recursos o que, em muitas das vezes pode significar até mesmo a troca dos atores responsáveis por esse controle.

C) ATRIBUTOS VISUAIS

Por atributos visuais compreende-se uma limitação semelhante à acessibilidade. No caso das casas do grupo A, temos o acesso de estranhos à unidade doméstica sempre acontecendo através da primeira casa, ou seja, a casa dos pais. As outras unidades, normalmente distribuídas de forma radial em relação à primeira, raramente se encontram à vista sendo impossível a um estranho desavisado determinar de quantas unidades residenciais se compõe o sítio e, por conseqüência, estimar o número de seus moradores.

Nas casas de pau-a-pique tem-se a fragilidade das portas e janelas compensada, de certa forma, pela escuridão que impede ao estranho conhecer ou familiarizar-se rapidamente, com o interior das residências. Sendo ainda difícil determinar se essa atitude é um mecanismo consciente de preservação da intimidade, observa-se que nas casas construídas de alvenaria e com esquadrias metálicas – grupo B -, essa escuridão desaparece em função das próprias dimensões das esquadrias e de seu desenho.

Essa luz pode ser procurada em nome de algum conforto, forçando a se incorporar à casa elementos construtivos que permitem sua entrada, ou ainda, em função do desejo de se estabelecer uma tipologia próxima da casa urbana por outros motivos como a diferenciação social, o morador, ao longo do tempo, é quem se adapta às novas condições funcionais de iluminação e emocionais de luminosidade.

D) SEGMENTAÇÃO FUNCIONAL

A segmentação funcional é um recurso que se faz refletir bem no espaço construído a partir do momento que materializa funções e atribuições. Tal segmentação aparece, por exemplo, nas questões de gênero com espaços de domínio entre masculino e feminino bem determinados: ao mesmo tempo que a cozinha é, na casa, o espaço de atuação feminina, é também o espaço de criação da identidade feminina que irá atuar no futuro. Separada do resto da casa, a cozinha é sempre impregnada de atribuições simbólicas relacionadas à mulher, procriação e provimento.

Uma das características importantes das casas do grupo B, é a incorporação da cozinha ao corpo da casa. Essa medida, e daí a insistência em pontuar sobre os valores da arquitetura moderna, é funcionalmente indiscutível como, aliás, a maioria das transformações construtivas ocorridas entre as casas do grupo A para as do grupo B. Contudo, as considerações funcionalistas tendem a desprezar os conteúdos simbólicos fazendo com que a transferência da cozinha para o interior da casa seja considerada apenas consequência de mudanças na estrutura operacional dessa sociedade. A introdução do fogão à gás, por exemplo, enseja uma série de mudanças: abole o espaço para armazenamento de lenha, diminui o risco de incêndio, muda a temperatura no interior da cozinha, muda o tempo de cocção dos alimentos, muda o seu sabor, dispensa a atenção da mulher de reformar o fogão à lenha com barro novo – prática comum nas casas do grupo A, acontecendo semanalmente. Enfim, a arquitetura e o mobiliário podem refletir alterações circunstanciais externas como a possibilidade de aquisição de um fogão à gás.

Uma outra alteração importante relativa à segmentação funcional refere-se àquelas estruturas físicas destinadas às atividades produtivas do grupo como moinhos e fornos. À medida em que as relações econômicas vão se alterando e o

acesso a gêneros alimentícios e outros recursos passa a se dar em centros comerciais fora da unidade doméstica, ou ainda a densidade demográfica cresce a ponto de justificar que reuniões religiosas aconteçam em algum ambiente especialmente dedicado para isso, tem-se como consequência uma transferência equivalente de poder: “Concentrating ritual in temples or cemeteries where people have to go to participate gives a select few the power to control the cult” (NIELSEN/ p 58)

E) HIERARQUIA DAS ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS

A hierarquia diz respeito à posição dos edifícios numa relação entre si com posições principais e posições marginais que tendem a reproduzir o arranjo hierárquico do grupo social.

Nas casas do grupo A, esse arranjo é claro com a casa dos pais sempre ocupando uma posição central em relação às construções posteriores dos filhos casados. Essas unidades residenciais se comunicam através de caminhos íntimos, às vezes dissimulados na vegetação. A manutenção do poder paterno sobre os filhos casados nas atividades produtivas, por exemplo, está refletida nesse arranjo físico descrito.

Nas casas do grupo B, essa distribuição espacial já sofre alterações que estão fortemente associadas à fragmentação do grupo familiar, ao que corresponde a fragmentação física fundiária, em decorrência de alterações no sistema produtivo, com a mão de obra antes regida pelo líder familiar migrando para a cidade, desconstituindo assim a estrutura anterior.

Na configuração do grupo A, a posição central assume uma forte conotação simbólica e esse sistema é reproduzido fazendo com que quando um dos filhos, morador de uma das unidades periféricas, se muda para um novo sítio e aí assume a posição central na reprodução do padrão anterior, mude sua posição no próprio arranjo social: “In this context, moving to a different position also entailed a symbolic movement whitening the social structure” (NIELSEN/ p 58).

F) CONCENTRAÇÃO DE UNIDADES RESIDENCIAIS

Ao desaparecimento desse arranjo hierárquico corresponde uma nova concentração de unidades residenciais mais permeável à presença de estranhos à família, embora esses vínculos ainda permaneçam fortes fazendo com que em alguns vilarejos todos os moradores pertençam a mesma família em maior ou menor grau de parentesco. Essa nova concentração de unidades residenciais, princípio de povoados, tem, por vezes, como núcleo agregador, não mais a casa do pai ou de uma figura de destaque na comunidade, mas sim algum serviço do qual toda a comunidade se torna dependente como escola, comércio ou postos de atendimento à saúde.

Mais uma vez se está diante de um novo paralelo entre o arranjo social e o arranjo espacial que remete, inclusive ao atributo “segmentação funcional”, posto que à importância do edifício público - inclusive para uma população que desconhecia essa categoria de edifício - corresponde a uma perda de importância de um outro edifício que antes detinha esse papel e, por consequência, a uma perda de importância de determinados atores sociais.

Essas transformações influenciam em todas as interações sociais assim como demandam novos tipos de relacionamentos com uma transferência gradativa de poder de dentro da família para instituições externas como governos municipais, estaduais ou paróquias. A nova organização se estabelece sobre uma nova ordem de controle:

“The formation of large population aggregates encourages social interaction and circumscription and therefore makes it more difficult for people to resist the action of power-seeking strategies” (NIELSEN/ p 58).

Sendo a arquitetura matéria privilegiada no estabelecimento e manutenção de relações de poder, à alteração do poder dos atores sociais corresponde uma alteração das configurações espaciais como o que pode ser observado na mudança de natureza da concentração de residências que deixam o pano de fundo da estrutura familiar passando a se estruturar em novos moldes. A essa mudança corresponderá uma mudança nos vestígios arquitetônicos com o arranjo geométricos dos sítios se alterando de acordo com os novos elementos de influência.

G) DURABILIDADE

A arquitetura é tida como cultura material de potencial informativo privilegiado, entre outras coisas, em função de sua durabilidade. Nesse aspecto uma questão distintiva entre as casas do grupo A e B se coloca que são justamente as noções distintas de permanência que decorrem da própria natureza das construções. No primeiro grupo temos a persistência das formas arquitetônicas em construções de curta durabilidade; na segunda, temos formas temporárias em construções de grande durabilidade.

A técnica de construção das casas de pau-a-pique é transmitida dentro da família como um ensinamento dado de pai para filho e de mãe para filhos. As tarefas de construção da casa obedecem a uma divisão de tarefas que implica claramente em uma divisão de gênero: estrutura e cobertura para homens e filhos homens adolescentes; vedação de barro e fogão caipira para mulheres e filhos menores, independente do sexo. Na construção da casa encontra-se a construção da própria identidade do grupo reafirmada por procedimentos coletivos que se repetem ao longo do tempo ou prejudicada pela alteração desses procedimentos.

À incorporação de materiais industrializados ao processo construtivo sobrevêm a necessidade de uma nova especialização de mão-de-obra. O conhecimento do trançado da palha ou da execução do barreado¹⁰ deixa de ser necessário, sendo substituído pelas técnicas construtivas relacionadas à nova tecnologia que, além de tudo é definitiva, não demandando o exercício da manutenção constante exigida por coberturas de palha e paredes de barro que também implicavam em algum tipo de ritual.

Sendo a construção da casa uma das atividades que mais consomem recursos, a desqualificação de um tipo de mão de obra em detrimento das novas exigências, significa uma desqualificação mais ampla que diz respeito à importância e respeito do construtor dentro de seu meio social.

A troca da casa de pau-a-pique, cuja forma persiste ao longo do tempo - embora sua durabilidade efetiva, sem manutenção, não exceda a quatro anos - pela casa de alvenaria, cuja maior promessa é a durabilidade, pode significar uma

¹⁰ Técnica de vedar com barro as estruturas de madeira das paredes de vedação, normalmente executado pelas mulheres com o auxílio das crianças menores.

troca de tempos: do tempo cíclico que rege as comunidades rurais para o tempo progressivo que rege as comunidades urbanas.

A reprodução de certas relações sociais que passavam pela construção e manutenção da casa são, dessa forma, interrompidas, substituídas por uma nova temporalidade que é o tempo das torres, dos cabos e da usina. Um tempo de ansiedade porque voltado para o futuro que enquanto não chega, pode ao menos ser evocado por novos símbolos: a antena de TV, as esquadrias de metal e vidro ou a cobertura de telhas de fibrocimento.

VI

A TROCA DOS VALORES REGIONAIS POR UMS PSEUDO - MODERNIDADE

As incompatibilidades identificáveis sob as alterações construtivas referem-se, sobretudo, às incoerências nascidas com o surgimento de um pseudo-modernismo, fruto das incoerências do próprio modernismo:

“são essas ondas revoltas de modernização superficial, nem sempre duradouras, essas formas irracionais de expansão territorial e econômica, que revelam um fenômeno singular e essencial para a compreensão histórica e sociológica das persistências culturais, dos costumes antigos que afloram constantemente nesse cenário que combina temporalidades com datas e historicidades distintas” (MARTINS/ 1998, p 683)

A casa de alvenaria é a casa moderna e a casa de pau-a-pique passa a ser a casa do passado cujo aspecto, subitamente, torna-se “provisório, inseguro e instável”. Essa diferença não significa, no entanto, que à adoção do edifício moderno, acompanhe a imediata assimilação dos hábitos modernos:

“mesmo com a ‘importação’ e a assimilação de hábitos e modos de origem urbana e remota, que chegam com as mercadorias que discrepantemente se integram aos ambientes domésticos, como o rádio, a máquina de costura, um ou outro objeto de plástico (...) os costumes de algum modo se mantêm (MARTINS, p 692).

Na entrada do século XXI, a urbanização em países como o Brasil tem se desacelerado em função da grande maioria de sua população já se encontrar nas cidades. A realização de grandes obras em áreas predominantemente rurais como a área em questão, contribui em muito para que isso se consume, alterando as condições de equilíbrio das sociedades ao mesmo tempo que as impele rumo aos valores e ansiedades urbanas.

Esse é um fenômeno que atinge a vida em seu mais íntimo. É a invasão do “canto no mundo”, expressão com a qual Bachelard singulariza um sentimento que pertence a todas as pessoas ao mesmo tempo que é experiência não

compartilhável. Atinge o lugar em que o homem pode exercer um dos direitos mais importantes, “o direito à imobilidade” (BACHELARD/), um lugar onde se recolher do próprio mundo, proteger-se dele.

Usualmente sente-se a intimidade circundada pelas paredes da casa e seus desdobramentos pra fora – como o interior do carro – e pra dentro – como o interior do quarto. Essa sensação, comum àqueles que moram na cidade, torna-se o primeiro incômodo nas casas visitadas: a sala e o quarto “esvaziados” durante o dia, e para isso basta recolher as redes, dificultam imaginar como se dá a ocupação daqueles ambientes. Para dificultar ainda mais a percepção do pesquisador, várias das atividades que habitualmente acontecem dentro da casa, nestas áreas rurais, acontecem fora: louças, roupas, banho, diversão, necessidades fisiológicas, sexo. Nestas áreas os mecanismos de preservação da intimidade ou da segurança seguem a uma lógica bastante distinta da urbana e que em breve promete preponderar.

No trabalho anterior sobre as casas da região do lago da usina, já havia sido observada a utilização do contraste entre um exterior muito claro e um interior muito escuro como recurso de intimidade. Não se pode afirmar que o construtor houvera planejado construir uma casa escura pensando na privacidade de seus moradores. A essa possibilidade de processo consciente, pode-se refutar com a própria inconsciência do pesquisador diante do mal estar provocados por esse escuro, comum àqueles que têm luz em todos os cômodos.

Existe uma diferença crucial entre as casas da região do lago e aquelas pesquisadas ao longo da linha de transmissão referente ao estado de espírito dos moradores e às transformações que irão ocorrer nos edifícios em função da presença das torres, que em última instância é a presença do moderno: a população não precisar ser deslocada e nem ter suas casas destruídas, ou melhor dizendo, desaparecidas. Sem uma causa imperativa como a inundação provocada pela formação do lago, a população que se encontra dentro desta área, consegue manter uma certa normalidade. A presença da torre em si, poderá, inclusive, ser naturalizada como pertencente à paisagem, tendo, em muitos aspectos, o mesmo valor que uma árvore. As mudanças se dão, portanto, em uma outra ordem e em uma outra velocidade quando comparadas àqueles que incidiram sobre a população da área do lago, por exemplo.

Essas duas diferenças fazem com que a área de estudo da linha de transmissão distinga-se da área do lago pela primeira representar uma transição clara entre o absolutamente rural e o proto-urbano. Essa oposição percorreu todo o trabalho do Manso pois é uma oposição que interessa muito à contemporaneidade, quando se tem a oportunidade de refletir sobre alguns dos extremos em que essa recente natureza urbana metropolitana lançou a todos.

A casa que está entre essas duas situações é produto de um encontro em que a arquitetura dá materialidade a muitas das harmonias e desarmonias. O telhado de fibrocimento é um dos exemplos dessa desarmonia: a justificativa para a substituição da cobertura de palha trançada pela telha de fibrocimento é sempre a presença de insetos e a necessidade de manutenção constante que a primeira exige. O calor é sempre a observação negativa com o aumento de temperatura no interior da casa chegando a 5°C, fazendo com que o morador evite estar lá em determinadas horas do dia. O desconforto da telha é também visual, marcando pontos ofuscantes na paisagem, agredindo com a sua rigidez industrial a estética de um edifício antes completamente harmonizado com o entorno natural. Aliás, tomando-se o impacto visual como critério, a telha de fibrocimento impacta mais, ou tanto quanto, a torre.

Considerando como impacto cultural o momento em que o arranjo de todas aquelas coisas que envolvem o sujeito começam a se desarmonizar e as articulações construídas para resolver uma determinada sorte de problemas, mais ou menos previsíveis, passam a ser sobrecarregadas pela presença de elementos alienígenas ao sistema que, vindos para o bem ou para o mau, inicialmente, trazem desequilíbrio.

Exemplificando com uma situação da área do lago da UHE - Manso, temos que a mudança de uma família em decorrência da construção do lago, de uma casa de pau-a-pique para uma casa de alvenaria é, sem dúvida, a possibilidade de que seus membros, resolvendo melhor toda sua condição material, passem a ter uma qualidade física de vida melhor. Essa é a expectativa daqueles que, morando mais próximos à cidade e estando mais sujeitos às suas influências, substituem a casa antiga pelo novo padrão de construção.

Contudo, o que se constata com a mudança é um certo desconforto depois que se fazem sentir algumas das primeiras desconexões, os apagamentos de memória, a distensão das expectativas em relação à vida de jovens e velhos.

Mesmo que nos reassentamentos se procure ter o cuidado de deslocar as famílias originalmente próximas para casas próximas, uma outra articulação afetada - a econômica - logo promoverá transformações pois as famílias passam a ter um bem comercializável, diferente da situação original. Uma vez que não se reproduzam, no assentamento, algumas das condições essenciais anteriores como a prática de algumas culturas de subsistência, a venda de terrenos e casas ou ainda o desmembramento de lotes, irão acontecer e alterar, definitivamente, a configuração da rede de vizinhança original. Esse processo de alteração fundiária já se faz sentir na área estudada, sendo a influência da cidade e as transformações decorrentes, tidas como tão naturais quanto a chuva e a seca.

Tudo isso pode desencadear uma crise como a inviabilização de mecanismos tradicionais de manutenção dos valores comuns, ao menos temporariamente, em virtude da interrupção, por exemplo, de algumas festas religiosas que são eventos sociais complexos onde se dão os encontros, constituem-se, em parte, a partir do movimento solidário entre vizinhos.

Sobre a melhoria indiscutível de qualidade da casa de alvenaria, se compararmos as condições de higiene e salubridade, em relação ao rancho de pau-a-pique, é desnecessário defender a idéia de que um físico saudável constitua parte primordial para que todo o resto o seja. Em campo, na área da linha de transmissão, pode-se observar numa entrevista com algumas crianças que todas elas afirmaram ter tido pneumonia e haver inúmeros outros casos na família, inclusive com óbitos. Que se confunda pneumonia com outras doenças respiratórias mascarando o resultado da enquete: a questão é que não se vê com muita frequência, crianças reclamando em unísono da própria saúde. Da mesma forma, não há como dissociar a saúde das condições do abrigo.

O problema surge quando a reflexão conclui-se na casa que satisfaz as necessidades físicas como objetivo de uma arquitetura e não se considera a casa como um ambiente cheio de significados referenciais para a vida do homem, que ele mesmo constrói e aos quais, quando tem por bem necessário, recorre.

O mesmo acontece no momento de análise dessa arquitetura que se tomada exclusivamente sob uma ótica pragmática, evidenciará apenas um impacto positivo posto ser a melhoria funcional indiscutível. Por isso, buscou-se avaliar as casas visitadas a partir de parâmetros que considerem o edifício em relação ao meio ambiente natural e cultural. Não como fundamento determinante de qualquer conclusão, mas parte de uma busca de significados que irá considerar, com a mesma atenção, os indícios relacionados a comportamentos e crenças, herdados ou desenvolvidos no presente.

Essa postura quer atender a uma compreensão de arquitetura para além do edifício ou mesmo de qualquer outra evidência material: como uma das representações de uma construção mental diretamente impactada pelas obras, cujo significado não é imediatamente perceptível em sua forma. As transformações podem ser assimiladas de maneira subjetiva, sutil, subliminar, aflorando, inicialmente nos próprios hábitos dos moradores e, só depois, na construção e organização dos espaços de uma casa que tenderá, como artefato, a atuar na consolidação e preservação das mudanças.

O impacto é sentido de forma diferente nas diferentes gerações, alterando especialmente a vida daqueles que presenciam a implantação da obra. O que vem depois são acomodações, resultado dessa mudança de direção imposta às populações de áreas impactadas. A população que pertence às áreas de influência, sofre impactos que para determinadas relações culturais serão definitivos: a relação hierárquica entre pai e filho diante das novas perspectivas profissionais que se abrem para os jovens em contraste com a perda de importância dos saberes conhecidos pelos pais pode impor uma distância intransponível de gerações. Tomando como exemplo o ofício de construção da casa, temos que a partir do momento que essa passa a ser construída com uma nova tecnologia, torna-se dispensável uma série de ensinamentos tradicionalmente passados de pai para filho. É o fim de um canal de comunicação entre essas duas gerações que deverá se substituído por outro.

Em regiões onde o hábito é confrontado com influências exteriores em função de encontrar a meio caminho de dois mundos, a vida privada passa a estar sujeita a alterações importantes: “é nessa situação que se definem os limites e as possibilidades da vida privada (...) são regiões que pedem a invenção de uma sociabilidade apropriada na circunstância do conflito e da conflitividade”

(MARTINS/ 1998, p 670). Uma nova “sociabilidade” demanda um novo espaço, uma nova configuração que receba, ao mesmo tempo que estimule, novos fazeres, apropriados à nova ordem onde é comum surgirem antagonismos, procedimentos adaptativos com um forte teor de transitoriedade mesmo naquilo que é cotidiano.

VII

CONCLUSÃO

O fato de projetos de RESGATE DE PATRIMÔNIO CULTURAL estarem atrelados, por lei, a grandes obras que por natureza irão destruir esse patrimônio significa, além de uma disposição legal, a emergência de um conceito que admite que a *cultura* está em todos os lugares, pois independente de onde ocorrer a obra, lá estarão equipes de pesquisadores avaliando potenciais de informação, documentando, recolhendo e analisando dados.

A tendência para que esse trabalho se ocupe de questões cotidianas, além de refletir essa condição de pesquisa, torna-se maior à medida em que se percebe, em diversas disciplinas, a importância das informações observáveis no comportamento de quem fez, usou e descartou determinado artefato e menos no objeto em si. Essa postura se dá pela crescente consciência das inúmeras motivações, dos diferentes usos e apropriações característicos de cada sociedade e cada indivíduo sobre a cultura material que produz.

Sendo um dos principais interesses dos projetos de resgate do patrimônio cultural arquitetônico, observar através do edifício, o movimento social e seus processos de preservação e mudança de valores, tudo passa a ser objeto de estudo, o que em arquitetura significa dar a mesma atenção outrora dedicada à igrejas e palácios, à construção popular, ou vernácula. Se por um lado esse edifício não apresenta elementos que poderíamos denominar de estilísticos, por outro, é a maneira como a maioria das pessoas concebe o espaço de morar e se representa nele, dado que por si só justifica a necessidade de estudá-los.

As preocupações e ações relacionadas ao meio ambiente natural se deram pela percepção, de que nosso modelo de desenvolvimento é predatório e os recursos que o alimentam, finitos. A partir daí, inicia-se um movimento de recuperação do olhar sobre a paisagem e todo o meio ambiente passa a ser motivo de atenções, pois interessa restabelecer ali o equilíbrio como condição de sobrevivência. Essa mudança de posição é recente e as consequências podem ser observadas no imaginário das pessoas que vivem nessas regiões quando ouvimos uma geração associar cerrado à “terra pobre” enquanto outra pode percebê-lo como “flora e fauna ricas e exóticas”. Se, sob diversos aspectos, ninguém está errado, resta-nos saber

qual dessas interpretações orienta as ações – públicas e particulares - que incidem diretamente sobre esse ambiente e essas pessoas.

A necessidade de estabelecer uma arquitetura compatível com os procedimentos industriais fez com que, ao longo do século XX, a matéria fosse compreendida como necessariamente fruto de um pensamento racional e universal. Essa concepção atingiu as construções vernáculas rurais como o design atingiu o artesanato, banindo os conteúdos simbólicos em favor das capacidades funcionais, inclusive mercadologicamente funcionais.

El interés de los arquitectos por la arquitectura vernácula es un fenómeno reciente que se há visto acelerado particularmente en los últimos quince años. El reconocimiento de la importancia de la construcción vernácula se ha producido demasiado tarde y es precisamente el motivo de este retraso lo que se discute. Parece como si los muchos años de lucha por una arquitectura compatible con su contexto industrial excluyeran forzosamente cualquier manifestación de simpatía hacia las formas vernáculas¹¹

Quando trabalhamos na perspectiva dos projetos de resgate de patrimônio cultural em áreas impactadas por obras como usinas hidrelétricas, não é raro a arquitetura ser de nenhuma representatividade de estilo. Contudo, não é exatamente o seu significado estilístico – sempre dado *a priori* - que interessa aqui, apesar dessa poder ser uma das possíveis abordagens, mas sim como se dá sua construção e apropriação dentro do universo na qual se insere.

Esse é o foco da denominada arquitetura antropológica, tendência que junto com as preocupações ambientais, cresce nos anos 70, a partir do questionamento do conceito exclusivo de arquitetura como arte, distante do homem que a produz e ocupa.

A arqueologia, por sua vez, passou a ocupar-se, recentemente, da análise do espaço doméstico como reconhecimento de sua importância na interpretação das atividades cotidianas e das mudanças sociais: “even as archeology has much to learn, so too does it have much to contribute, especially in recognizing diversity and processes of change” (ROGERS: ?).

¹¹ OLIVIER, *Cobijo y Sociedad*, p.18

Neste contexto, a aproximação entre arquitetura e arqueologia permite estudar o edifício a partir de uma categoria diferente. Na medida em que atribuímos a ele, através da arqueologia, um valor de artefato - que funciona como um indicativo do comportamento do grupo e do indivíduo que o idealizou, confeccionou e utilizou - abrimos uma perspectiva antropológica de análise da casa que passa a ser entendida como cultura material privilegiada por seu alto potencial informativo.

Como parte do *espaço doméstico*, o edifício - ou unidade habitacional - mantém muito dos sinais que a arqueologia busca na cultura material. Por espaço doméstico se compreende uma área muito além daquela limitada pelas paredes de uma dada unidade habitacional. É delimitado sim por uma rede de relações biológicas e de cooperação mútua que atravessa espaços e fronteiras estabelecendo relações concretas mas muitas das vezes, invisíveis.

Considera-se também a idéia de que se a cultura material, especificamente a arquitetura, possui um alto grau informativo sobre os processos de mudança social, é possível observar em sua configuração e alterações ao longo do tempo, o registro de sucessivos impactos que podem significar a alternância de diferentes atores no poder. Nesse sentido, a arquitetura, aponta Nielsen, é elemento privilegiado de expressão de poder “because of their comparatively long uses-lives and high visibility, architectural features are especially appropriate for conveying power messages, a central component of prestige-seeking strategies”¹².

É importante determinar como essa cultura material participa do processo, ao mesmo tempo que é sua consequência, ao mesmo tempo que componente estratégico na transformação ou manutenção de determinado *status* regional. Ou, como observa Foucault na obra *A microfísica do poder*, “whose field of validity is situated in a sense between these great functionings and the bodies themselves with their materiality and their forces”. Quais as informações registradas na arquitetura que somadas à história das famílias e das comunidades, podem ser depreendidas de sua cultura material de maneira a evidenciar as estratégias comuns de adaptação para que se possa explorar tais estratégias de maneira positiva.

O presente trabalho buscou, sobretudo, indicar, a partir das alterações e configurações do espaço construído, a dinâmica de adaptação da população da área

às transformações decorrentes da implementação de obras e atividades que motivam alterações estruturais profundas tanto nas relações funcionais quanto simbólicas dessa população, reunindo material para uma proposta de implementação de ações mitigadoras sobre os desequilíbrios impostos ao meio ambiente cultural e natural com a realização de obras inevitáveis ao nosso modelo atual de desenvolvimento.

Dentre as definições do dicionário para a palavra impacto, uma parece bem se adaptar à idéia que se tem de impacto cultural: “forte efeito, que impede ou que força mudança”¹³. Se para a antropologia contemporânea as relações entre grupos existem a partir de eternas negociações – onde também se encontram os conflitos – , é de se esperar que a expressão “mudança” soe como um dos fenômenos inevitáveis no percurso das sociedades, sendo esse esforço de “impedi-la” ou “forçá-la”, um exercício de poder, possível através de um enorme controle de recursos, informações e do trabalho dos outros.

É preciso considerar como atributos dessa “habilidade”, que confere a alguém ou a determinados grupos, o poder de mudança e também de permanência – ou dito de outra forma, o poder de controle – a capacidade de apresentar-se como *dom*, recebido ou conquistado pelo sujeito, fazendo com que sua posição pareça natural, inabalável e eterna.

Essa situação nos remete a Bourdieu quando fala dos jogos sociais e como esses se fazem esquecer como jogos, estabelecendo uma relação encantada entre os participantes – *illusio* – que se dá numa situação de “cumplicidade ontológica entre as relações mentais e as estruturas objetivas do espaço social” de tal forma que uma vez que aderimos ao jogo, manifestando “interesse” por ele, concordamos com suas regras e adequamos nosso meio a sua prática.

Contudo, somente o contexto – físico, econômico, social e cultural – pode determinar qual é a aptidão requerida para que se possa exercer o poder: se intelectual ou física, se capacidade de liderança, para as artes ou psicomotora. Este contexto estará sempre sujeito a uma interferência externa, que não se sujeita às regras mas sobrepõe-se a elas, com o poder transformador total. Se a força de um fenômeno natural como uma enchente, ou artificial como um lago de usina

¹² *Architectural performace and the reproduction of social power. Axel Nielsen*

¹³ *Dicionário Aurélio 2000*

hidrelétrica natureza como o Vesúvio que dizimou com uma porção da elite romana fazendo com que se valorizassem outras habilidades em detrimento daquelas que desapareceram, ou se – numa escala infinitamente menor mas com o mesmo sentido de transformação por efeito colateral – se é uma força humana de uma ferrovia, não é o evento externo que se adequa às regras locais, mas o contrário, sempre.

É o caso de obras da magnitude da UHE Manso, que ocorrem alheias à vontade de um poder regional – se tomarmos como conceito de *poder local* aquele que demanda da maioria das pessoas que habitam o local, diferente, portanto, de poder *político regional* - ou de outros poderes igualmente importantes e fortemente hierárquicos como a família. A adaptação que se segue após o evento – ou o impacto -, implica num abalo que impõe uma readaptação de discursos e lugares, demandando dos atores sociais o exercício de novas aptidões e, por conseqüência, a abertura para a ascensão de novos grupos e novas regras a serem constituídas a partir das anteriores.

Hoje, os grupos que de alguma forma trabalham sob o conceito de ecologia – ecoarquitetura, ecodesign – consideram o impacto, será tanto mais negativo quanto maiores forem as transformações notadas no meio ambiente natural e cultural que atinge. Mas, no momento de seu estabelecimento, uma rota comercial pôde ser para um tropeiro um corredor de ligação entre dois mundos através do nada, enquanto para as sociedades indígenas encontradas no caminho, representavam geralmente, o início de uma mudança que só acabaria com a sua extinção.

VIII BIBLIOGRAFIA

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BENÉVOLO, Leonardo. **O último capítulo da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

COELHO NETO, J. Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

COELHO, Gustavo Neiva. **Preservação da Arquitetura: uma necessidade histórica**. Goiânia: Revista Estudos, abril/ junho, 1989.

_____. **A arquitetura portuguesa à época dos descobrimentos**. Goiânia: Revista Estudos, nº 114, 1991.

CORONA e LEMOS. **Dicionário da arquitetura brasileira**, São Paulo: Livraria Ed. Ltda, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**, Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

GUIDONI, Eurico. **Arquitetura Primitiva**, Madrid: Aguilar S/A Editores, 1977.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva e o Espaço. In: **A Memória Coletiva**, São Paulo : Edições Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JÁUREGUI, Jorge Mário. **A produção de sentido na arquitetura**, São Paulo: Revista Projeto, no. 94, 1987.

LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira: a casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa**, São Paulo: Contexto, 1989.

LÉVI-STRAUS, Claude. **Tristes trópicos**, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MACHADO, Irene. **Impacto ou Explosão? Cultura tecnológica e metáfora balística**.

MAUSS, Marcel; Marcel Mauss. **antropologia** (organizador Roberto Cardoso de Oliveria), São Paulo: Ática, 1979.

NOVAES, Sylvia Caiuby (org.). **Habitações indígenas**, São Paulo: Nobel, 1983.

OLIVIER, Paul. **Cobijo y sociedad**, Madri: H. Blume Ediciones, 1978.

PATETTA., Luciano. **História de la arquitetura – Antologia crítica**, Madrid: Herman Blume, 1984.

PEVSNER, Nikolaus. **Dicionário de arquitetura**, Madrid: Alianza, 1980.

_____. **Origens da arquitetura moderna e do design**, São Paulo: Martins Fontes, 1981.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

SILVA, Elvan. **Matéria, idéia e forma: uma definição de arquitetura**, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**, São Paulo: Martins Fontes, 1978.